

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 8ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a debater o programa Minas Consciente – Retomando a economia do jeito certo

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Plenário

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – REQUERIMENTOS APROVADOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATAS



ATA

ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/4/2020

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Palavras da Sra. Cristina Alvim – Palavras do Deputado Carlos Pimenta – Debates – Encerramento.

Comparecimento

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Registramos e agradecemos a presença, primeiramente, do 1º-vice-presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, ao deputado Gustavo Santana e também àqueles deputados que, de forma remota, estão nos acompanhando: deputado Alencar da Silveira Jr., deputada Ana Paula Siqueira, deputado André Quintão, deputada Andréia de Jesus, deputados Arlen Santiago, Bartô, deputada Beatriz Cerqueira, deputados Betão, Betinho Pinto Coelho, Bosco, Bruno Engler, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, deputada Celise Laviola, deputados Charles Santos, Coronel Henrique, Coronel Sandro, Dalmo Ribeiro Silva, deputada Delegada Sheila, deputados Doorgal Andrada, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fábio Avelar de Oliveira, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Inácio Franco, deputada Ione Pinheiro, deputados João Leite, João Magalhães, João Vítor Xavier, deputadas Laura Serrano, Leninha, deputado Léo Portela, deputada Marília Campos, deputados Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte, Neilando Pimenta, Noraldino Júnior, Osvaldo Lopes, Professor Cleiton, Raul Belém, Repórter Rafael Martins, Roberto Andrade, deputada Rosângela Reis, deputados Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Tadeu Martins Leite, Thiago Cota, Tito Torres, Ulysses Gomes, Virgílio Guimarães, Zé Guilherme e Zé Reis.

Abertura

O presidente – Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião a debater o programa Minas Consciente – Retomando a economia do jeito certo, desenvolvido pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Saúde, que aborda a retomada gradual, progressiva e regional das atividades econômicas nos municípios mineiros.

Composição da Mesa

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde; e deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde; e a Exma. Sra. Profa. Cristina Alvim, coordenadora do Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Novo Coronavírus da UFMG, aos quais agradecemos de maneira especial pela disponibilidade em se deslocar até esta Casa.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Tendo em vista a organização dos trabalhos, a presidência informa aos parlamentares e aos convidados que os atos desta reunião obedecerão ao seguinte ordenamento: o secretário de Estado, Dr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, disporá de 20 minutos para sua exposição; em seguida, a Profa. Dra. Cristina Alvim terá também 20 minutos para expor suas considerações sobre o tema. Após as apresentações, o presidente da Comissão de Saúde disporá de 5 minutos para as suas considerações e os encaminhamentos dos membros efetivos da Comissão de Saúde. Em seguida, os líderes disporão de 3 minutos para suas considerações e análises.

Com a palavra para sua exposição – e agradecendo mais uma vez sua presença nesta Casa –, o secretário de Estado de Saúde, Dr. Carlos Eduardo, pelo prazo de 20 minutos.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva

Bom dia, presidente; bom dia, deputado Carlos Pimenta; bom dia, Profa. Cristina Alvim; bom dia, deputados que nos assistem; bom dia, sociedade como um todo que também assiste à nossa apresentação.

Eu venho aqui hoje apresentar o programa Minas Consciente que é um programa do governo do Estado que tem como objetivo tentar efetivamente orientar a sociedade mineira nesse caminho que nós estamos traçando, que nós estamos trilhando em relação ao enfrentamento do coronavírus. Nós esperamos que realmente haja uma adesão grande por parte de todas as prefeituras do Estado para que possa haver uma coordenação adequada e os resultados esperados. Então, esse programa é chamado Minas Consciente – Retomando a economia do jeito certo. Isso é importante porque, quando nós falamos de saúde, há vários determinantes, e um deles é efetivamente a economia, que também ajuda no controle e na saúde da sociedade. Então, nós não podemos esquecer isso.

A apresentação terá uma contextualização, as premissas, as justificativas, os protocolos, alguma orientação sobre a setorização, o monitoramento e a regionalização do programa. Sobre a contextualização: onde nós estamos e qual é a realidade do Estado. No dia 27, em Minas Gerais, havia 61 óbitos, com 1.548 casos confirmados – efetivamente um achatamento da curva nas projeções que nós estamos fazendo. Em relação às estimativas, em 16 de março, na primeira projeção realizada, havia 13.935 casos projetados para o dia 7 de abril; e nessa última projeção, no dia 21 de abril, havia 3.583 casos para o dia 6 de junho. Ou seja, com essa

curva nós vemos claramente que há uma diminuição dos números esperados, mas, ainda assim, há bastante; não é uma coisa que simplificou simplesmente porque nós diminuimos os casos. Em relação à UTI, no dia 16 de março, havia 3.370 leitos necessários e 1.939 no dia 21 de abril. Ou seja, efetivamente as ações que nós tomamos tiveram uma projeção e um efeito adequado.

Em relação ao que está acontecendo quanto ao isolamento social que foi orientado no Brasil como um todo, houve um aumento, uma grande adesão no início de março – que foi também quando em Minas Gerais orientamos o isolamento –, e a sociedade como um todo veio diminuindo progressivamente esse isolamento. Então, isso mostra uma tendência do comportamento do cidadão a que nós temos que ficar atentos.

Em relação à mídia internacional, há várias sinalizações de reabertura como na Áustria, Espanha, Dinamarca, Itália, França, Noruega, Alemanha, China, Estados Unidos, Japão e Coreia. Isso mostra que é necessário ficarmos atentos porque, como a sociedade de uma forma clara perde aderência ao isolamento, em algum momento, nós temos que ter pelo menos a coordenação, o direcionamento, a priorização e dar critérios técnicos para isso. Senão, começa uma perda do isolamento de forma caótica, e fica difícil haver qualquer política pública neste sentido.

Já no território mineiro, há notícia de que aproximadamente 200 municípios adotaram a flexibilização. Ou seja, eu volto a dizer que nós precisamos ter uma coordenação, nós precisamos ter no mínimo uma homogeneidade, ainda mais quando se fala de saúde. A saúde não é restrita a um município. Como a saúde pelo SUS é montada, há microrregiões em que grupos de municípios se articulam para prover saúde e macrorregiões em que existem grupos maiores de município. Essas macrorregiões, de uma forma geral, nós entendemos como se fossem ilhas onde temos que ter a complexidade toda da saúde. Então, é fundamental nós entendermos isso também. Assim, faz-se necessária uma nova orientação à população com o objetivo de conduzir a sociedade ao isolamento e ao distanciamento necessário para que o momento de busca da retomada à normalidade seja gradual, ou seja, nada brusco, nada de grande mudança – isso não é o que nós pensamos. E qualquer medida de flexibilização precisará se submeter a acompanhamento contínuo, o que para nós é muito importante. É necessário acompanhar, é necessário medida, é necessário um tempo para maturação dessas medidas para que elas sejam as mais fieis possíveis. Nós precisamos que elas sejam mais homogêneas, que as ações do Estado sejam mais homogêneas, e hoje é o que nós não estamos vendo de uma forma geral.

Então, quais são as premissas e o racional desse plano? Como nós pensamos? As premissas são o que nós temos, a estratégia de coordenação e indução, ou seja, o Estado é aquela estrutura que vai coordenar, que vai induzir algum comportamento. Os municípios têm autonomia – isso é importante –, então nada é imposto, nós sugerimos fortemente. Quanto às políticas públicas em relação ao Estado, nós vamos buscar evidência e transparência, ou seja, buscar efetivamente o que nós estamos achando dentro da literatura. Lembremos que toda literatura no que tange ao coronavírus, embora nós tenhamos muitos artigos já publicados, começou na passagem do ano, no início de 2020; ou seja, existem quatro meses, no máximo, de conhecimento sobre o coronavírus. Para a realização de flexibilização das medidas de isolamento e distanciamento social de forma responsável, permitindo uma retomada parcial da economia e observando o impacto no sistema da saúde, o foco é a saúde. A retomada da economia vai ser de uma forma parcial, com muito bom senso, com muita responsabilidade. E essa retomada gradual e progressiva será com possibilidade de reversão – isso aqui é muito importante: ninguém está pensando em abrir e deixar aberto, nós precisamos medir e acompanhar. E se, em algum momento, quando se tomar uma decisão, virmos que não foi a melhor, não foi a mais adequada, nós temos condição de voltar. O monitoramento será constante, uma decisão geral setorial, regional, ou seja, não para o Estado inteiro, buscando analisar as regiões com critérios e dados epidemiológicos. Outra premissa seria o caráter dinâmico, com a possibilidade de atualização constante do plano à luz de informações e descobertas científicas novas. É importante ser dinâmico porque isso pode facilitar a compra de respiradores; nós podemos ter testes de melhor qualidade chegando ao longo de um mês, nós podemos também ter alguma luz quanto a medicamentos, quanto a tratamentos que sejam mais eficazes. Então, nós temos esse caráter dinâmico de atualização contínua.

Em relação ao racional do plano. Por que lançar o plano? Nós temos a necessidade de levar a sociedade gradualmente a uma normalidade, com intervalo de tempo longo, com calma, com muito bom senso. O que funciona? A liberação dos setores por ondas conforme o seu porte e impacto no sistema de saúde a partir de critérios econômicos e assistenciais. Ou seja, nós fizemos um plano em que hoje há um grupo essencial que já funciona. Haverá outras ondas de forma que todo mundo saiba que esse estabelecimento, que esse ramo de negócio está numa onda, e que ele deve chegar em algum momento mais para frente, com liberação.

Há setores paralisados sem data definitiva, ou seja, setores que trazem um altíssimo risco sanitário, e, num primeiro momento, não há nenhuma previsão de reabertura para eles; são setores de maior risco. Então, são atividades com grande aglomeração e possibilidade de contágio, como grandes eventos, museus, cinemas, demais atividades incentivadoras de grandes aglomerações, como turismo também, clubes, shoppings centers, academias e atividades de lazer esportivas. Cada uma dessas atividades tem uma particularidade que nos faz ficar mais preocupados com elas.

O racional do plano: como funciona? Nós vamos ter uma regulamentação da sociedade por meio de protocolos que já foram lançados para o que existe de atividades essenciais. Qual é a melhor prática que nós entendemos de liberação de cada uma dessas atividades? Esses protocolos já foram lançados, e o nosso objetivo, na verdade, é regular e orientar as atividades essenciais, além de apresentar protocolos gerais em três dimensões, com foco na empresa, no trabalhador e no cidadão; e há protocolos específicos também para cada tipo de atividade, para cada tipo de empresa, com as dimensões para a empresa e os trabalhadores. Ou seja, nossa ideia é orientar a sociedade em cada deslocamento, em cada local de risco. E onde funciona? A tomada de decisão é regionalizada por municípios, ou seja, nós entendemos que cada região de saúde possui seu risco, sua estrutura, sua incidência da patologia, sua incidência da doença, então cada uma vai ter a sua particularidade. Nós temos informações de que elas são agrupadas a partir de 14 macrorregiões, então é assim que nós vamos definir cada uma delas. Elas são para nós como uma unidade de saúde que deve ser praticamente independente, e cada uma também vai ter um plano de contingência macrorregional já com tudo estruturado, mostrando o fluxo dos pacientes dentro de cada macrorregião. Então, funcionam com um monitoramento constante, e, a cada 14 dias da tomada de decisão, ou seja, sempre a cada 14 dias, nós reavaliaremos de uma forma mais ampla ainda, mais global – além daquela avaliação diária –, com o objetivo de avaliar avanço, manutenção ou regressão – sempre assim. Nós não temos compromisso com uma ação que foi tomada. Caso haja necessidade, nós regredimos; caso haja necessidade, nós avançamos.

A justificativa: por que lançar esse plano? Isso é importante. Nós temos com justificativa o fato de que as medidas públicas adotadas pelo governo possibilitaram o achatamento da curva – isso parece ser fato. Minas Gerais tem uma condição em relação ao controle da Covid-19 nitidamente diferente de alguns outros estados que tiveram o crescimento do número de casos, sendo possível avaliar a possibilidade de flexibilização nas medidas de isolamento. Há necessidade de planejar a reabertura gradual e coordenada, ou seja, tem que haver coordenação; se for caótica nós não conseguimos medir e não conseguimos prever impactos assistenciais que, para nós, são muito importantes. Então, há necessidade de coordenação e orientação dos municípios.

Muitos municípios estão tomando decisões próprias que são lícitas, mas muitas vezes nós não achamos as mais adequadas, então nós estamos nos dispondo a ser, como Secretaria Estadual de Saúde e como governo do Estado de Minas Gerais, uma estrutura coordenadora e orientadora dos municípios – lembrando que nós temos muitos técnicos na Secretaria de Saúde, pessoas que estudam isso há muito tempo e que também já passaram por outras epidemias – e a buscar, por meio dos protocolos e das diretrizes do plano, reduzir o número de empresas falidas, de dimensões e do impacto econômico. Quero lembrar também – isso é importante – que a economia é um dos determinantes da saúde; então, pensar um pouco em economia faz parte também do cuidado com a saúde da sociedade.

O sistema de protocolos: como ele funciona? Os protocolos servem para orientação geral da população, empresas, municípios e estarão disponíveis no site do plano. Nós temos a ideia de que olhem o protocolo, sigam o protocolo; ele está bem

escrito, ele está bem pensado, ele está bem planejado. A adesão ao plano por parte do município será opcional e se dará por meio de decreto municipal. Os protocolos devem ser fixados na porta das empresas, permitindo o controle social e facilitando a fiscalização. Por que isso? Porque nós entendemos que, como há protocolos, o comportamento deve ser protocolado ou padronizado; é importante que todo mundo saiba como se comportar. É isso que nós sugerimos: que eles sejam fixados na porta das empresas, organizados em três dimensões com foco no empregador, no trabalhador e no cidadão. O cidadão tem que saber também como deve se portar, tanto no deslocamento para o trabalho, no deslocamento para o consumo quanto dentro dos estabelecimentos em que ele estiver. E o protocolo está disponível no site – novamente – para toda a população.

A setorização: como nós vamos fazer isso? Nós criamos uma matriz de risco que foca no risco da abertura, e ela é composta de duas variáveis: econômica e impacto do sistema de saúde. Além disso, há setores priorizados, que seriam aqueles com alto impacto econômico, ou seja, que trazem uma arrecadação maior, um benefício econômico mais rápido para a sociedade como um todo, mas com baixo impacto no sistema de saúde. Isso seria o ideal, mas naturalmente as coisas não são tão simples assim. E o agrupamento seria pelo Cnae.

Em relação aos critérios econômicos: quais seriam eles? O total de empregados do setor para nós é importante, a arrecadação per capita também dá essa ideia de pujança, o impacto fiscal, o impacto na cadeia produtiva e a vulnerabilidade perante a crise. Esses critérios econômicos foram direcionados e orientados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Por outro lado, há os critérios da saúde: quais são eles? O número de trabalhadores em circulação, o número de cidadãos e clientes em circulação – porque uma coisa é diferente da outra: há atividades com muito trabalhador e pouco cliente, e há atividades com pouco trabalhador e muito cliente; o nível de aglomeração de pessoas inerente às atividades, o nível de contágio inerente às atividades e a adaptabilidade do setor: setores que possuem horários flexíveis, que podem atender a distância, que podem mudar o fluxo de pessoas são para nós setores com uma adaptabilidade maior.

Então, nós teríamos três ondas. A onda 0, na verdade, é a onda que já existe hoje, que são os serviços essenciais; a onda 1 é a liberação de setores econômicos de baixo risco; uma onda seguinte seria a de médio risco; e depois viria uma outra onda, de alto risco. Com isso, nós temos uma matriz que divide as três ondas: onda de baixo risco, médio risco e alto risco, baseada na pontuação de cada setor. Os setores excluídos são aqueles que só poderão ser retomados quando houver controle da pandemia, envolvendo atividades que geram grande risco de contágio e grande aglomeração. Instituições de ensino são tratadas à parte, é um outro grupo que não foi colocado nessa planilha porque tem que haver uma visão própria, uma visão particular, e a administração pública também deve ser tratada à parte.

O monitoramento: como é feito? O monitoramento é feito de forma constante por meio de uma sala de situação. Essa sala de situação existe na Secretaria de Saúde desde 20 de fevereiro com o marco de informações diárias, dados epidemiológicos, leito, ocupação, curva de tendência – tanto global quanto regional –, marco de tomada de decisão a cada 14 dias. Ou seja, a gente realiza a monitorização diária, mas, a cada 14 dias, fazemos uma reavaliação mais pormenorizada ainda e o monitoramento regionalizado – lembrando que as decisões devem ser regionais na nossa visão.

Sobre os indicadores, serão criados dois conjuntos conforme o que está abaixo: a capacidade assistencial e a incidência da doença. A capacidade do sistema de responder à demanda para nós é muito importante porque ela não é homogênea em todo o Estado, assim como também nós não temos a incidência homogênea. Então, existe uma proporção de leitos de UTI adulto ocupados que modifica a cada dia; nós temos um tempo médio de atendimento às solicitações de internações. Ou seja, nós estamos conseguindo internar rápido, isso está conseguindo andar ou já está havendo algum travamento nas internações?

Em relação à incidência da doença, há o comportamento da curva de casos, a taxa de incidência de síndrome respiratória grave e hospitalizada e a taxa de mortalidade por síndrome respiratória grave. Isso para nós dá uma ideia de como está sendo a pressão no sistema. Novamente, nós temos uma matriz de risco que definiria três itens: quem ficou no verde, que possui um bom

perfil, com alta capacidade e baixa incidência, pode nesse momento avançar; um perfil mediano ficaria mantido, ele não teria ainda condição de avançar; e, para aquele perfil que tivesse um desempenho insuficiente, com alta incidência ou com baixa capacidade, nós pensaríamos às vezes em retroceder – é o ciclo PDCA, ou seja, nós temos um planejamento que foi feito. Começamos sua execução, nós já estamos acompanhando, existe o monitoramento sempre revendo como está a execução e avaliando para quais ondas nós poderemos migrar. Nesse momento é importante lembrar que o Estado está na onda 0.

A regionalização: como ela é feita? Há uma capa do plano de contingência da macrorregião centro, como exemplo. Cada macrorregião tem um plano desse de contingência, e é elaborado um plano por macrorregião que define a locação de recursos e obrigações. Esse plano possui todos esses itens que nós citamos – eu não vou falar um por um senão fica muito longo –, mas é um plano padrão, e cada item será acompanhado. Só um minuto. Em relação à regionalização, é importante destacar que os municípios – como já determinado pelo Supremo – têm competência concorrente com os demais entes para realizar ações destinadas ao enfrentamento, sendo responsabilidade local a adesão ao plano. Ou seja, não é um plano de intervenção em municípios, é um plano de coordenação e de sugestão forte. O nível central orientará a tomada de decisão por macrorregião de saúde, dado o impacto no sistema regional hospitalar e os dados locais. A decisão dos municípios deve ser levada para o debate na CIB; isso para nós na saúde é importante porque não existe município com a sua saúde individualizada e que seja isolado; para a saúde, todos os municípios trabalham em grupos – microrregião ou macrorregião –, então nós entendemos que devemos manter o padrão de comunicação da saúde que é a CIB – Comissão Intergestores Bipartite – e que reúne os grupos dos secretários municipais de saúde junto com a Secretaria Estadual de Saúde.

Nesse contexto, então, eu acho que é esse o plano que nós temos para apresentar e eu estou à disposição para qualquer questionamento. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado pela exposição, secretário. Quero informar aos deputados que esta apresentação será enviada a todos por e-mail e também pelas redes sociais para que possam, com calma, utilizar-se dela para fazerem alguma consulta. Quero agradecer muito ao secretário.

Vamos passar agora a palavra para sua exposição à Dra. Cristina Alvim, doutora em ciências da saúde, professora da Faculdade de Medicina da UFMG, assessora da reitora Sandra para a área de saúde e também presidente do Comitê de Enfrentamento do Novo Coronavírus na UFMG. Agradecemos muito sua presença, Dra. Cristina Alvim. A senhora possui um prazo de 20 minutos para sua exposição.

Palavras da Sra. Cristina Alvim

Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Sr. Secretário; bom dia, deputado Carlos Pimenta; bom dia a todos deputados e a todas deputadas e pessoas que nos assistem neste momento.

Primeiro eu gostaria muito de agradecer pelo convite e dizer que nós da UFMG sentimos que é parte da nossa missão como universidade pública participar, estar presente nesses momentos, contribuindo da forma que nos for possível, especialmente em relação à produção do conhecimento. Então, eu trago isso aqui em nome do comitê da UFMG que foi instituído pela nossa reitora para pensar sobre ações e produzir conhecimento em relação ao enfrentamento do novo coronavírus na nossa cidade, no nosso estado e no nosso país.

A minha apresentação está organizada em cinco pontos. Primeiro o que é essencial compreender sobre o Sars-CoV-2, que é o novo coronavírus, e a Covid-19, que é a doença causada por ele, para planejar ações públicas; qual a importância do isolamento social; quais as evidências do impacto do isolamento social em Minas Gerais; quais as recomendações para planejar a abertura; e uma conclusão em relação à nossa visão sobre o projeto apresentado.

O que é essencial compreender sobre o Sars-CoV e a Covid-19 para planejar ações públicas? Primeiro, trata-se de um vírus novo a que a população mundial, incluindo nós, somos todos suscetíveis. O segundo ponto importante é que a transmissão desse novo

vírus é muito rápida e por via aérea. Então, isso facilita a transmissão em larga escala. Essa transmissão é medida pelo chamado R_0 , que, no coronavírus, varia entre 2,5 e 3,5. Isso significa que cada pessoa afetada transmite, em média, para três outras pessoas, porém a evolução da doença é lenta. Entre o período de incubação em que a pessoa já se encontra infectada, mas ainda não manifestou a doença, e a recuperação completa, podem decorrer semanas. Essa transmissão rápida e essa evolução lenta -essa somatória -, juntamente com a gravidade importante e a letalidade, é que sobrecarregam os serviços de saúde. Então, temos uma doença em que 15% a 20% das pessoas precisarão ser hospitalizadas. A letalidade inicialmente foi considerada baixa, de 3% a 4%, porém, quando pensamos em várias pessoas acometidas ao mesmo tempo e morrendo ao mesmo tempo, isso é muito grave.

O último item importante é sabermos que não temos vacinas e que o desenvolvimento delas na ciência é lento. Então, não teremos uma vacina imediata e também não temos um tratamento medicamentoso específico comprovadamente eficaz – e tratamento para vírus é uma questão complicada. Existem, sim, histórias bem sucedidas como a aids, mas muitas doenças virais permanecem até hoje sem uma medicação específica.

Então, qual a importância do isolamento social? Considerando tudo isso que falamos sobre a Covid-19, a única medida efetiva para não sobrecarregar os serviços de saúde e não provocar mortes em massa é a prevenção, isolamento, distanciamento, lavagem de mão e uso de máscaras. É através da redução do contato entre as pessoas que vamos reduzir o chamado R_0 , que é a taxa de transmissão do vírus. O isolamento social tem repercussões sociais, psicológicas, econômicas, educacionais inegáveis. Não é fácil. Porém é preciso lembrar que a epidemia sem controle tem repercussões muito maiores e mais negativas do que o isolamento social.

Nós, como Brasil, como Minas, como Belo Horizonte, temos duas vantagens nessa história e temos sabido aproveitá-las. A primeira é o fato de sermos os últimos a serem atingidos; com isso, podemos aproveitar o que foi relatado, o que foi produzido de evidências científicas pelos países que foram os primeiros a serem afetados. A segunda é termos um sistema universal de saúde, público e universal, o nosso SUS.

Nesse gráfico que mostro, observamos a evolução de quatro países: O Brasil, a China, a Itália e os Estados Unidos. O Brasil começou por último dentre esses quatro, e já alcançamos o número de óbitos da China, mas, felizmente, estamos distantes do número de óbitos ocorridos na Itália e, em especial, nos Estados Unidos. Esses dois países, Itália e Estados Unidos, mostram para nós, quando o isolamento social não é levado a sério, o risco que corremos.

Em Minas Gerais, o impacto do isolamento social foi muito efetivo, pois começamos precocemente. E sobre o isolamento social o que os cientistas têm dito é o seguinte: quando a quarentena parecer uma medida exagerada, isso é porque ela foi implementada na hora certa; quando ela parecer uma medida certa, é porque ela foi tardia. Então, comparando os dados do Ministério da Saúde na Região Sudeste, nos estados vizinhos a nós, observamos que temos um número de casos muito menor do que São Paulo e Rio de Janeiro; menor, inclusive, do que o Espírito Santo. E também temos um número de óbitos muito melhor. Essa é uma grande conquista, um grande aprendizado para nós.

Temos, na UFMG, uma força tarefa que envolve diversos pesquisadores da computação, da matemática, da estatística, da epidemiologia, da medicina, trabalhando conjuntamente para fazer projeções, que não são simples; é mais do que olhar apenas para os dados brutos oficiais. Esse gráfico aqui é muito importante porque mostra justamente para nós a parte de transmissão. Nesse primeiro gráfico, temos Belo Horizonte. Observamos que as medidas em BH foram tomadas precocemente, e rapidamente tivemos uma redução da taxa de transmissão. Circulada em laranja, está a data de 31 de março em que já aproximamos, em que chegamos ao nosso R_0 de 1, que é o desejado – pelo menos 1 ou menor que 1 – para que não haja exaustão do serviço de saúde. Já em São Paulo observamos que esse R_0 , essa transmissão aconteceu em larga escala, antes de o isolamento social surtir o seu efeito e reduzir essa taxa de transmissão. Isso explica as diferenças que observamos entre as duas cidades. Esse mesmo estudo avaliou esse R_0 – a taxa de transmissão – em todos os Estados do Brasil, e Minas Gerais, felizmente, está entre os três Estados com o menor R_0 do Brasil. Só que pequenas diferenças nesse R_0 – de 1,1 para 1,3 e 1,5 – já produzem um efeito muito grande nos serviços de saúde. Então, não

podemos olhar para isso como se fosse um dado estático. É um dado dinâmico e que pode ser alterado a qualquer momento e muito rapidamente.

Para exemplificar, a Alemanha, que sabemos que é um país populoso e que foi muito acometido, mas que entre os países da Europa tem apresentado os melhores resultados com a menor letalidade e mortalidade, iniciou, sim, medidas de flexibilização do isolamento social, mas com uma monitorização muito rigorosa, e, depois de uma semana de adotar as regras de flexibilização, já houve aumento dos índices de infecção. Esse R0 lá, quando foram iniciadas essas medidas de flexibilização, estava inferior ao nosso. O nosso atualmente é em torno de 1,13, e lá estava 0,7 e, após uma semana, já retornou para 1. Mostramos, com isso, a importância desse monitoramento.

Esse é o grupo que mencionei para vocês, que tem 30 pesquisadores da UFMG trabalhando nessas questões que estou trazendo para vocês aqui. E quais são as recomendações desse grupo em relação ao planejamento da abertura? Monitoramento rigoroso e testagem planejada. Não é necessário testar 100%, mas, sim, ter um planejamento para que a amostragem das pessoas testadas seja representativa do todo. Para isso existem recursos de modelagem matemática muito avançados, que é o que está sendo utilizado na maioria dos países, inclusive na Alemanha.

Como é a nossa situação em Minas Gerais? Há uma transparência dos dados. Isso é uma coisa extremamente importante e positiva. Os dados têm de ser disponibilizados e estão sendo diariamente. O que observamos é que esses dados são como a ponta de um iceberg, e podemos vê-lo através de metodologias adequadas desde que essa amostragem seja significativa. Entretanto, se observamos o número de notificações, que ultrapassa 80.000, e o número de casos confirmados e descartados, ou seja, aqueles que foram efetivamente testados, isso não chega a 10%. Então, isso faz dessa amostragem não representativa do todo com a segurança necessária para que esses modelos matemáticos possam localizar a direção da epidemia no nosso estado.

Por que os exames são necessários para esse monitoramento? Por que não é suficiente trabalhar com os indicadores tradicionais de número de Síndrome Respiratória Aguda Grave e de hospitalizações? Observamos, sim, nesse gráfico da direita, que, quando comparamos os dados das hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave nos anos de 2019 e de 2020, houve um aumento de 419% – isso são dados oficiais da Secretaria de Saúde – por volta das semanas 12, 13 e 14, seguido de uma queda após o efeito das medidas de isolamento social. Isso é muito importante para nós, porém, como disse no início, a doença tem transmissão rápida, mas a evolução é lenta. Temos 14 dias de incubação, 2 ou 3 dias de transmissão ainda assintomáticos, uma semana de síndrome gripal e, em média, até duas semanas de internação hospitalar. Isso faz com que a doença seja lenta. E, se não detectarmos precocemente a transmissão, quando notarmos o efeito da doença na ocupação de leitos hospitalares, já haverá um enorme número de pessoas infectadas.

Esses estudos matemáticos que foram feitos na UFMG mostram para nós que, dependendo da mudança que ocorrer na taxa de transmissão nesse R0 em decorrência da flexibilização do isolamento, o número de pessoas infectadas pode ser multiplicado por 10 sem que se note o aumento da demanda por leitos. Dois gráficos exemplificam isso. Observamos a curva inicial mais branda com isolamento social; quando é interrompido, abre e fecha com cinco dias. Temos um pico pequeno. No segundo gráfico, também a mesma curva e abrimos e fechamos em 15 dias. Vejam que esse curto período de tempo é suficiente para esgotar os serviços de saúde.

Portanto, a nossa conclusão que gostaríamos de trazer como contribuição para a reflexão desta Casa é que o planejamento do Minas Consciente retomando a economia do jeito certo acerta muito quanto à ideia de propor um planejamento cuidadoso, coordenado, como disse o nosso secretário, para orientar a flexibilização do isolamento, porém gostaríamos de ressaltar algumas lacunas ou problemas em relação ao planejamento da testagem, que ainda está aquém do necessário no nosso estado. Flexibilizar no escuro exige cautela extrema.

O segundo ponto que gostaríamos de destacar é que a tomada de decisão há 14 dias pode ser problemática e que um recuo, um passo dado anteriormente, um intervalo mais recomendado seria da ordem de 7 ou 8 dias, justamente por causa da velocidade de transmissão da doença.

Era isso que eu gostaria de dizer e agradeço novamente por estar aqui com vocês.

O presidente – Muito obrigado, Dra. Cristina Alvim. Agradeço muito a sua presença, a sua contribuição. São importantes essas palavras, assim como as do secretário, para que os deputados que nos acompanham, e nós já passamos de 60 deputados presentes de forma remota a esta reunião, possam formar sua opinião, propor alterações e incrementos que sejam importantes e dar contribuições também para a formatação desse plano.

Vamos passar agora a palavra ao presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, para os seus questionamentos e suas considerações, bem como para as considerações e questionamentos também dos membros efetivos da Comissão de Saúde. Com a palavra, o deputado Carlos Pimenta.

Palavras do Deputado Carlos Pimenta

Muito obrigado, presidente Agostinho. Na sua pessoa, cumprimento o nosso secretário estadual de Saúde, Dr. Carlos Eduardo, aqui presente; a Dra. Cristina, representando a Universidade Federal de Minas Gerais, parceira da Assembleia Legislativa nessa luta insana que estamos tendo para que possamos ter um melhor enfrentamento da Covid aqui, no nosso estado. Cumprimento os deputados presentes: o Bosco; meu amigo Antonio Carlos Arantes, vice-presidente desta Casa; senhoras e senhores deputados que estão acompanhando esta importante reunião; e os funcionários da Casa que nos proporcionam também este momento.

Sr. Presidente, farei alguns questionamentos em nome dos deputados da Comissão de Saúde, mas, antes, gostaria, de fazer algumas considerações que acho que são pertinentes e importantes.

Saí de Montes Claros hoje, às 2h30min. Percorri quase 450km, porque, anteriormente, a nossa reunião estava marcada para a parte da tarde, mas fiz questão de estar presente, primeiro para testemunhar o trabalho muito bom, sério, objetivo e correto que o governo, na pessoa do Sr. governador Romeu Zema e do secretário Carlos Eduardo, está fazendo pelo nosso estado. Os números não mentem. Estamos entre os três melhores estados em se analisando os números de pacientes infectados, de óbitos, e Minas está no caminho. Está trilhando um caminho que foi estipulado e que está dando certo.

Assisti, atentamente, à apresentação do secretário. Estamos aqui com a cópia do programa Minas Consciente, e confesso, secretário, que, mesmo com toda preocupação, com todo zelo, cuidado que o senhor tem, não deixamos de ficar um pouquinho temerosos com relação a essa possível abertura para alguns setores da área econômica e se isso poderia mudar o curso desse caminho que estamos trilhando tão bem. É claro que, com um programa bem elaborado desse, ficamos mais tranquilos neste momento. É importante que esse monitoramento seja contínuo, a toda hora, a todo momento, analisando o Estado como um todo, porque nem todas as regiões apresentam os mesmos números.

Eu conversava com o senhor que são quatro regiões que nos preocupam mais aqui, no nosso estado. Uma é a Região Metropolitana, devido à densidade populacional. Uma segunda é a região do Sul de Minas – meu amigo Antonio Carlos Arantes está aqui presente –, pela proximidade que tem de São Paulo, haja vista o que aconteceu na cidade de Extrema – em uma semana não tinha nenhum caso e, na outra, apresentou 19 casos e, na outra, praticamente quase que dobrou. Então, o Sul de Minas é uma região que nos preocupa muito, pois tem uma fronteira, um acesso muito próximo a São Paulo. Uma terceira seria a região do Triângulo, pela proximidade com São Paulo. E, por último, a região da Zona da Mata, pela proximidade que tem com o Rio de Janeiro. Então, são quatro regiões que nos preocupam muito. Acredito que faz parte do monitoramento de V. Exa., mas temos de nos preocupar com o Estado como um todo. Enquanto há essas regiões, vamos dizer assim, melhor aparelhadas para enfrentar essa epidemia, temos outras regiões que estão com esse aparelhamento não tão bom quanto a Região Metropolitana, o Sul de Minas. Estou falando do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Embora tenhamos um menor número de casos, temos também um maior vazio

de leitos hospitalares e leitos de UTI. Então, temos de nos preocupar com essas regiões, porque, como o senhor disse da última vez, já éramos para ter entrado no furacão da pandemia. Parece que estamos agora prorrogando para quase três semanas. Então, queria chamar muita a atenção para esse fato.

Gostaria também, Sr. Secretário, de chamar a atenção para um fato que aconteceu e que não pode acontecer na região, na cidade Montes Claros, quando o município, com toda a dificuldade, conseguiu adquirir alguns aparelhos de respiradores que estavam numa UPA que ficou parada há oito anos, e o prefeito Humberto Souto foi lá e a colocou para funcionar. A União foi lá e sequestrou, tomou esses respiradores, obrigando a prefeitura a entrar na Justiça Federal. Temos aqui em mãos a sentença proferida por um juiz obrigando a União a devolver esses respiradores à cidade de Montes Claros. É uma cidade-polo, secretário. O senhor a conhece bem. Ela representa e atende quase 1.600.000 pessoas. Então, essas cidades-polos, tiro Montes Claros como exemplo, precisam de um olhar diferenciado, porque é ali que acontece a parte mais crucial dessa pandemia, dessa epidemia que estamos enfrentando. Estou falando de Uberaba, de Uberlândia, de Poços de Caldas, de Montes Claros, de Juiz de Fora, sua terra natal. Então, são cidades que precisam desse olhar mais apurado, com maior cuidado a partir de agora.

Então, presidente, meus questionamentos são esses, inclusive os pedidos que foram encaminhados ao senhor há uns quatro dias, da secretária Dulce, do Município de Montes Claros, com relação aos testes rápidos, com relação aos insumos, para que a cidade faça os exames. Estamos falando de quase 4 mil casos suspeitos na macrorregião do Norte de Minas.

Debates

O deputado Carlos Pimenta – Então, passarei, agora, aos questionamentos, presidente, primeiro dos membros da Comissão de Saúde; depois, dos deputados Celinho Sintrocel e do Dr. Arlen Santiago, que não tive como deixar de atender. Embora não pertençam à Comissão de Saúde, farei dois questionamentos.

Pergunta do deputado Doutor Wilson Batista, nosso vice-presidente da Comissão de Saúde: “Gostaria de saber se a Lei nº 23.532, de autoria do Dr. Wilson, que dá nova redação à Lei nº 16.279, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado, obrigando os hospitais a divulgar os recursos públicos que recebem, poderá ajudar na transparência da aplicação de verbas públicas no combate à Covid. É uma lei que foi sancionada pelo governador Zema, e até agora não sabemos se ela já está sendo aplicada. Isso é muito importante para o controle dos recursos públicos que entram nos hospitais”.

Pergunta do deputado Doutor Paulo, lá do Sul de Minas, também da Comissão de Saúde: “Quando o Estado pretende retomar as cirurgias eletivas, uma vez que os pedidos estão se acumulando nos hospitais e os problemas de saúde das pessoas estão se agravando? E aquela cirurgia que seria eletiva pode-se tornar urgente, criando uma dificuldade no atendimento da população”.

Pergunta do deputado Dr. Hely Tarquínio, nosso grande amigo Hely Tarquínio, médico: “Qual a taxa de vagas de UTI e a taxa de ocupação de hospitais da Rede Fhemig por macrorregiões? E como o Estado tem se preparado e de que forma para o eventual aumento exponencial de pacientes necessitados de leitos de UTI, tendo em vista a abertura do comércio antes do pico da infestação?”. Ele indaga do senhor a taxa de Unidades de Tratamento Intensivo – UTI – e a taxa de ocupação dos hospitais da Rede Fhemig.

Segunda pergunta do Dr. Hely: “Temos informação de que os fornecedores dos hospitais da Rede Fhemig estão com os pagamentos atrasados. Queremos saber se a informação procede e se o Estado tem tomado as medidas necessárias para que a situação se regularize e não falem equipamentos e materiais nos hospitais neste momento importante de combate à Covid”. Esses equipamentos, meu caro secretário, o senhor sabe melhor do que qualquer um de nós aqui, são essenciais para médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, qualquer pessoa que esteja na linha de frente do tratamento. Não queremos que aconteça em Minas o que aconteceu em São Paulo, onde 10 médicos e 40 enfermeiros já faleceram devido à Covid.

Pergunta do deputado Doutor Jean: “O governo disse, há poucos dias, que estava preocupado com a macrorregião de Teófilo Otôni, que atende às regiões do Jequitinhonha e do Mucuri. Pergunto: qual o plano de atendimento dessa macrorregião do Jequitinhonha em termos de aporte de recursos, de EPIs, principalmente com a questão dos respiradores?”. O número de vagas

também de CTI na macrorregião do Jequitinhonha, que tem Teófilo Otôni como sede, é o mesmo problema que estamos enfrentando também na macronorte, com a sede em Montes Claros.

Com a aquiescência do presidente, vou fazer duas perguntas, uma das quais do deputado Celinho. Conversei com o deputado ontem, pelo telefone, que estava às lágrimas, presidente. Ele estava efetivamente emocionado, muito preocupado com aquela região de Ipatinga.

O deputado Celinho pergunta: “Como está sendo o planejamento do Estado de Minas Gerais para a região do Vale do Aço, que é a segunda região metropolitana do Estado, com cerca de 1 milhão de habitantes – região de grande trânsito, de ligação de todo o Sudeste, com São Paulo, Rio e também o Nordeste brasileiro –, se até agora nenhum insumo, nenhum EPI e nenhum respirador foi encaminhado pelo Estado para a região do Vale do Aço?”.

Ele pergunta também: “Para o Hospital Márcio Cunha, que é da Fundação São Francisco Xavier, com 543 leitos, que é referência no atendimento ao coronavírus, o que o Estado irá direcionar em questão de insumos e infraestrutura para que ele cumpra o seu papel essencial?”.

O último questionamento é do deputado Dr. Arlen, que é médico, também da cidade de Montes Claros: “Qual é o financeiro que foi repassado ao Estado de Minas Gerais de recursos federais e estaduais, exceto emendas, e quando será a outra parcela?”. Ele cita como exemplo a Santa Casa de Montes Claros, que já teve, até então, uma queda de receita de mais de R\$3.000.000,00 devido ao cancelamento de atendimentos eletivos, de convênios e de particulares.

São as minhas perguntas, secretário, e, mais uma vez, fortalecendo as palavras do presidente, quero agradecer ao senhor a presença pela segunda vez nesta Casa, que é parceira, o senhor sabe que é, que já destinou quase R\$300.000.000,00 das nossas emendas. Pediria ao senhor que desse uma apertadinha no financeiro da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Governo para que nos ajudem a liberar, o mais rapidamente possível, as emendas liberadas pelos deputados, que irão ajudar muito o senhor e o nosso estado no combate à Covid. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Cumprimento também todos os integrantes da Comissão de Saúde.

Vamos passar agora a palavra ao secretário de Estado para as respostas às indagações do deputado Carlos Pimenta.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado Carlos Pimenta, queria agradecer as perguntas e as manifestações de apoio. Acho que neste momento é importante todos trabalharmos juntos. Todos esses questionamentos, assim como as sugestões, levamos em conta, porque o momento realmente é muito delicado. Acho que quanto mais apoio e quanto mais um grupo tivermos melhor.

Em relação ao que o senhor colocou, que está temeroso pela abertura, acho que esse é o questionamento que todos temos, ou seja, pensar em reabrir num momento de pandemia é sempre uma decisão difícil, não é simples. Temos de pensar com muita clareza, tentar dar o máximo de lisura, transparência e também de rigor técnico para que isso seja feito no momento mais correto possível, no momento mais adequado possível, da forma mais adequada possível. Em tudo eu coloquei o “possível” porque, na verdade, não se tem uma segurança absoluta em nada.

O tempo é importante porque, se nós demormos a abrir, passaremos a ter um risco econômico muito grande. Se, por outro lado, formos muito afoitos, passaremos a ter também um risco sanitário muito grande. Então, não existe fórmula para o equilíbrio de como isso vai ser feito, não existe em nenhum lugar do mundo para que a gente possa copiar 100%, porque cada local tem uma particularidade, cada região do Estado tem uma particularidade. Então, entendo isso como sendo, realmente, um desafio.

Por outro lado, quando começamos a discutir o Minas Consciente mais seriamente, com vistas a lançar esse projeto, houve um marco muito grande. Esse marco foi que muitas prefeituras já estavam flexibilizando. Acho importante todos entenderem que hoje

temos um momento diferente daquele momento do início, em que orientamos o isolamento como um todo no Estado e, naquele momento, tivemos uma adesão muito grande. Hoje já temos vários municípios que começaram a flexibilizar. Então, o que entendemos, enquanto Estado... Não gostamos nem de falar essa palavra “flexibilizar”. Não é assim que penso. Enquanto Estado, penso que temos que coordenar e orientar, porque o flexibilizar já foi feito por muitos municípios. Então, é a primeira mensagem que gostaria de deixar: o Estado está querendo, efetivamente, trazer novamente algum controle, alguma orientação, porque precisamos de mais ciência, mais dados e mais tempo mesmo para ir tomando as decisões. Em alguns lugares, vimos que já houve uma flexibilização muito grande e que talvez possa ter, nesse futuro breve, algum impacto no sistema. Então, acho que isso é importante.

Quando falamos, de forma global, de testagem, de intermitência, todos esses dados estão na mesa. É importante a gente lembrar que os projetos não excluam nada. A gente fala sobre revisão o tempo todo, sobre novos dados, novas contribuições. Realmente, as cartas estão todas ali; temos que usá-las conforme o momento, conforme a disponibilidade.

Hoje falávamos em fazer testes em muitas pessoas, mas, neste momento, é difícil, porque o ministério não tem esse volume de testes para fornecer a Minas, e não conseguimos adquirir isso no mercado facilmente. Quanto à eficiência desses testes, temos até 60% de positividade, ou seja, 40% de negatividade ou de falso negativo, e isso para nós é muito complexo. Vocês imaginam: se há 10 cachorros vindo me morder e prendo 6, ainda deixo 4 soltos, então vou tomar mordida. É muito complexo. De qualquer forma, testar mais é melhor do que testar menos, isso é fato. Mas a gente tem que tomar um pouco de cuidado com o que vamos valorizar desses testes.

Fala-se muito em teste rápido. Existe teste PCR rápido, mas não é. O que temos hoje, na realidade, a maioria dos testes que o ministério mandou para nós é IgM/IgG. Esse teste IgM/IgG já mostra imunidade ou pelo menos a reação imunológica que foi feita. Esse teste teria uma importância ao se saber quem já está imune ou quem já tem a reação, e isso me parece muito importante na recomposição de força de trabalho. Neste momento, como o senhor falou – recomposição de força de trabalho –, nós temos que pensar em profissionais da saúde. São eles de longe que estão sendo mais expostos, pela própria natureza do trabalho. Então, esses testes IgM/IgG tendem a ser direcionados. É o próprio ministério quem doa, quem define o que vai ser feito e para onde vai orientar.

Em relação aos respiradores da requisição administrativa do ministério, acho, realmente, que a gente deve deixar os respiradores onde estão, principalmente esses que já foram alocados, porque, naquele momento, já se tinha uma demanda, já se tinha um estudo. Ou seja, agora temos uma demanda de acréscimo e não de decréscimo.

No sentido também de olhar de forma diferenciada para as cidades-polo, concordo com o senhor plenamente. Temos que fazer mais e melhor. Então, nas cidades que já fazem o atendimento, principalmente dos casos graves, de UTI, temos que fazer mais e melhor. Quem já tem UTI, vamos ampliar o número de leitos de UTI, de CTI. Quem não tem talvez não tenha condição ainda, não esteja preparado, não tenha recursos humanos para ter UTI. Então, não adianta colocar um respirador onde não há uma equipe treinada. Sabemos que o respirador mal conduzido também é deletério, traz risco também para as pessoas. Então, nessa lógica, foi orientado, fizemos um plano de contingência estadual com as diretrizes muito claras, mandamos para a região, para que lá fosse discutido entre os gestores hospitalares, os coordenadores da região, com a vista na Secretaria de Estado de Saúde. Esse dimensionamento já voltou para nós, já vamos lançar e já vamos fazer o pedido de habilitação de leitos no ministério. Hoje já devo assinar isso. Mas ainda vai retornar para as macrorregiões com questionamentos, com o objetivo de a gente ter uma rede o mais bem adaptada possível dentro do que é realidade, dentro do que é possível. Acho que o possível é importante, porque houve um desabastecimento mundial de EPIs, houve um desabastecimento mundial de exames e respiradores, haja vista que os próprios Estados Unidos começaram a sequestrar aviões que passavam por lá. Temos notícia de que a própria Argentina fez isso. Ou seja, isso mostra a seriedade e a dificuldade que temos de adquirir os equipamentos.

Por outro lado, também mostra a importância de termos conseguido projetar um pouco mais no tempo os nossos resultados. Ou seja, quanto mais tempo levamos para a frente, mais tempo vamos ter para comprar, principalmente respiradores, o que para nós hoje é o mais difícil.

Em relação ao questionamento do Doutor Wilson, acho que a lei dele é muito boa. É uma lei de transparência, concordo com a ideia dele. Acho que temos que buscar operacionalizar essa lei ao máximo, isto é, quanto mais transparência tivermos no recurso público, na distribuição do recurso público... Entendo, enquanto gestor do SUS, que o SUS tem esse "u", que é muito importante – é um Sistema Único de Saúde. Esse único mostra também que todas as formas de financiamento público entram no SUS, entram no único, independente de onde venha. Então acho que vale, sim, esse tipo de transparência, e isso seria bom.

Em relação ao questionamento do deputado Paulo, sobre cirurgias eletivas, nós orientamos a suspensão de cirurgias eletivas no momento em que estávamos na eminência de desabastecimento de equipamentos de proteção individual. Isso era importante entender. Tínhamos dificuldade de compra, sabíamos que os hospitais tinham dificuldade de compra, que os municípios tinham dificuldade de compra. Então, nesse momento, efetivamente, gastar EPI com cirurgia eletiva, sendo que ninguém sabe a gravidade, a importância e o montante que vai vir de Covid, é talvez temerário.

Então, foi esse o motivo dessa orientação e, até mesmo, para desocupar leitos. Entendemos que isso traz um impacto financeiro para os hospitais dentro do Estado. O que fizemos foi parar de cobrar metas. A gente está transferindo os valores financeiros dos vários programas, mas não estamos cobrando metas. Sabemos que eles não vão poder bater as metas, porque estão proibidos de operar. Então, vamos evitar ter desconto nesse sentido. Portando, estamos tomando algumas ações sabendo que os hospitais que diminuíram a sua produção tiveram dificuldade financeira.

Em relação ao questionamento do deputado Hely Tarquínio, a Fhemig tem um acompanhamento. Ela é a rede do Estado. É importante lembrar que, embora ela seja uma rede, uma das maiores redes de hospitais do Brasil, dentro da malha de hospitais de todo o Estado de Minas Gerais, corresponde a um número relativamente pequeno de leitos. O que fizemos foi focar três regiões da Fhemig, o que para nós seria muito importante: uma é Juiz de Fora, porque ali é uma entrada e uma área de divisa que tem risco. O Hospital João Penido virou um hospital Covid, focado na Covid. Conseguimos colocar 10 leitos a mais lá. Hoje não sei exatamente a ocupação do dia, mas ainda não é uma ocupação que nos preocupa dentro do hospital da Fhemig.

Também mandamos 10 leitos para Patos de Minas, porque a região Noroeste tem uma carência de leitos de CTI histórica. Então, para nós, lá era importante.

Dentro da região centro, o hospital de maior referência em doença infecciosa é o Hospital Eduardo de Menezes. Mandamos para lá 30 leitos.

Esses 50 leitos vieram do Ministério da Saúde. São leitos completos, que estão em operação. Eles ainda têm capacidade de absorver um número significativo de pacientes.

Além disso, a Fhemig também tem um plano que ficou muito bem-feito. É um plano que se chama Plano de Capacidade Plena da Fhemig. Temos condição de tentar ampliar até 300 leitos de UTI na Fhemig, principalmente aqui, na região Central, mas depende também da chegada dos respiradores, desses respiradores que conseguimos adquirir, o que não foi fácil. Isso foi um trabalho de meses, tentando comprar, mas não consegue. Há algum problema de importação; há algum problema em relação ao pagamento. Quando a gente tenta comprar, vai fechar amanhã, já foi vendido para outro lugar, foi sequestrado o avião. Passamos mais de mês nisso. Agora é que conseguimos comprar e esperamos que esses respiradores realmente cheguem a Minas Gerais. Isso é uma outra novela. Mas o que está parecendo é que a demanda mundial por respiradores diminuiu um pouco. Então, talvez a gente realmente consiga fazer chegar.

Não bastasse isso, na crise a gente tem que trabalhar sério e ser criativo também. Não adianta a gente repetir o que já vem fazendo. Então, começamos a pegar os ventiladores que estavam parados. Os da Fhemig, temos a capacidade de, rapidamente, colocar

em uso mais 70 respiradores. Então seria como se tivéssemos comprado 70 respiradores. São respiradores um pouco obsoletos, dos quais, em dias habituais, não estaríamos lançando mão, mas, para um momento de epidemia, de uma superdemanda, eles valem, e valem muito bem. Então, nesse contexto, a gente conseguiu ter uma ampliação real da Fhemig.

Quando falamos de epidemia, gente, o que para nós é o mais difícil é que o ideal seria a gente ter um isolamento adequado, que fizesse o acoplamento entre o número de casos e a quantidade de leitos. Se a gente tivesse isso, aí era só ir mantendo, que as coisas iam funcionando, e a gente ia voltando. Quem dera a gente tivesse condição de ter essa certeza. Essa certeza absoluta é impossível. Então, isso faz com que, todo dia, a gente tenha que ficar medindo, correndo atrás, prestando atenção, vendo, olhando o que está acontecendo, porque o tempo de reação é muito importante. Como a Profa. Cristina falou, o que vemos hoje não é o que vai acontecer daqui a 14, 21, 28 dias. A gente está vendo hoje. Isso a gente sabe, está muito claro na literatura. Então, quando vemos: “Hoje estamos com tantos casos”. Mas tantas pessoas já foram contaminadas, e essas pessoas contaminadas vão fazer doença, algumas delas vão para o CTI, as que forem para o CTI vão ficar um tempo ocupando o leito, e algumas vão falecer. Isso é tempo de ocupação, tempo de doença. É preciso lembrar que aquelas que foram contaminadas hoje, por algum momento, ficam assintomáticas e continuam contaminando algumas pessoas. Ou seja, existe uma inércia natural da doença, e isso faz, realmente, como a professora falou, com que tenhamos de medir muito, com uma visão muito curta, muito de perto.

Quando a gente coloca um controle de 14 dias, não é um controle em que vamos definir se mudamos as estratégias só a cada 14 dias. De forma nenhuma! Esse controle nosso é diário, e a gente está, o tempo inteiro, avaliando. Avaliamos vários itens. O primeiro item é a notificação. A notificação, de longe, é o mais sensível, porque ela pega qualquer síndrome gripal, mas é também pouco específica. Avaliamos aqueles exames que fazemos em nossa rede de laboratórios. O número de exames positivos nos dá uma ideia, mas há também um fator importante ali, que é a proporção do número de exames positivos dentro de todos que são realizados. Essa proporção dá uma ideia para, talvez, inferirmos, ainda com grau de imprecisão, como está o Estado. Um exemplo: fizemos mais de 10 mil exames na Funed e na rede de laboratórios como um todo, e 3% dos exames deram positivos. Se pegarmos as 80 mil notificações e colocarmos 3% de casos, começaremos a ter uma noção de como seria o máximo do Estado. Então, dá para inferir. É assim que se faz pesquisa eleitoral, é assim que se faz pesquisa científica. Então esse “n” é bem razoável, embora saibamos que quanto mais testarmos melhor; quanto a isso, não há dúvida, não. Mas depende da realidade, a gente tem que conseguir comprar os testes, tem que conseguir distribuir os testes. Com a própria UFMG, estamos fazendo um projeto para tentarmos obter um volume de até 500 mil testes rápidos, quando chegar o momento de fazer teste rápido.

Em relação ao que o deputado Doutor Jean Freire pergunta, ou seja, quanto ao plano para o Jequitinhonha, temos isto: temos 14 planos de contingência. Esses planos são muito complexos e desenvolvem a capacidade operacional dos hospitais, envolvem escolhas de hospital para ser Covid, não Covid e hospital misto. Quero lembrar que o ministério, a OMS e a própria Secretária de Saúde sugerem que separemos hospitais que não são Covid de hospitais que são Covid. Esse seria o cenário ideal. Temos um mesmo hospital que faça Covid e não Covid trará uma dificuldade técnica muito grande, porque é preciso separar a circulação com muita clareza.

Em relação ao deputado Celinho Sintrocel, já conversei com ele umas duas vezes, desde o início da epidemia, dos casos de Minas. Compreendo muito as preocupações dele, aliás, não só compreendo mas também comungo com elas, porque são as minhas preocupações também.

Nesse sentido, é importante lembrarmos que é preciso insumo, é preciso EPI, é preciso ter respiradores. Aqui cabe lembrar o que o Estado já fez. O Estado mandou para os hospitais de maior porte, que fazem parte do Pro-Hosp, há um mês e meio, R\$70.000.000,00, que equivalia a quase quatro meses de Pro-Hosp, com objetivo claro. A orientação foi: “Preparem-se, comprem EPIs. Façam o que vocês precisam fazer para estarem prontos”. Então, nós mandamos dinheiro. Na verdade, o dinheiro veio do ministério, e nós repassamos para os municípios R\$60.000.000,00. Além disso, também mandamos para outros hospitais do Pro-Hosp

R\$21.000.000,00. Também mandamos para a atenção primária, para os municípios, R\$31.000.000,00. Estamos fazendo o redimensionamento de R\$42.000.000,00 para quando começar a demanda por assistência. Então, nesse todo, são mais de R\$200.000.000,00 já enviados, já nos hospitais e nas prefeituras. Foi o bastante? Não, não foi o bastante. Por que não foi o bastante? Porque ficamos sabendo que alguns hospitais e algumas prefeituras não conseguiram comprar os EPIs. Então, o que fizemos enquanto Estado? Conversei com o governador, conversei com o secretário Otto, da Seplag, e com o Cel. Rodrigo, da Defesa Civil, e falei: “Nós precisamos ter aqui um estoque, fazer uma compra muito grande e repassar para os municípios que precisam comprar”. Entregar para os municípios – não temos condição financeira, nesse sentido, de entregar tudo. Mas o que fizemos? Estamos fazendo uma compra, que é real, uma compra com preços muito menores do que aqueles que hospitais e municípios conseguem. A ideia nossa é que os municípios venham, peguem na Defesa Civil e paguem o preço de custo. O objetivo é o quê? É ter uma máquina rodando. Fazemos compra grande, compra num valor menor, e os municípios que já estão com algum financiamento deles – já mandamos para lá os R\$200.000.000,00 – consigam comprar com a gente, e a gente vai fazendo essa engrenagem rodar. Esse é o objetivo.

Além disso, a própria Secretaria de Saúde fez uma compra. Já distribuimos essa compra, muitos EPIs, e ela tem o objetivo de, principalmente, servir como um estoque regulador ou de uma crise extrema ou da nossa rede na Fhemig. Esses EPIs da Secretaria de Saúde vão ficar restritos, porque a orientação minha e da equipe da vigilância é que precisamos, se algum em momento a situação virar um caos, ter ainda um estoque de EPIs.

Então, em relação ao financeiro, entendemos, sim – é o questionamento do deputado Arlen –, que alguns hospitais deixaram de produzir, e essa produção traz um financiamento... Por um lado, vamos deixar de cobrar as metas desses hospitais. Já entendemos que, com isso, estamos ajudando os hospitais. Também vamos tentar ter alguma característica de cofinanciamento assim que tivermos com muita clareza aqueles que foram habilitados para a Covid, que têm um financiamento próprio do ministério, e aqueles que vão ficar com o Estado. Então é basicamente isso que temos. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário, pelas palavras.

Vamos passar agora a palavra aos líderes. Com a palavra, o deputado Sávio Souza Cruz, líder do Bloco Minas Tem História, para as suas considerações e análises.

O deputado Sávio Souza Cruz – Bom dia, presidente. Queria cumprimentar o deputado Carlos Pimenta, integrante do nosso bloco, presidente da Comissão de Saúde, que vem fazendo um trabalho altamente reconhecido. Queria saudar, mais uma vez, o secretário Carlos e – repito – imagino o que tem passado e a dedicação que tem tido neste momento de drama na saúde pública de nosso estado. Quero saudar também a Profa. Cristina, a quem gostaria de convidar para entrar nessas discussões.

Profa. Cristina, o projeto apresentado pelo secretário tem trechos que são traduções livres do plano americano, do plano dos Estados Unidos, quase que a base do ctrl c, ctrl v. Eu indago à professora se imagina que um plano que foi concebido por um país com condições climáticas, condições sociais, condições sanitárias completamente distintas das do Brasil pode se aplicar tão imediatamente assim ao Estado de Minas Gerais. Além disso, nos Estados Unidos, há uma característica muito marcante, que é a testagem em massa. O Brasil e Minas Gerais estão em outro extremo. É um país e um Estado onde parece que está se testando menos. Isso não enfraquece a aplicação de um plano, originalmente concebido em outras condições, aqui, no Estado?

Queria fazer um apelo ao secretário, na condição de deputado majoritário em Oliveira, já várias vezes (– Falha na transmissão do áudio.) secretário. Logo que soubemos que havia um plano do ministério, da secretaria, de transformar o Hospital São Judas Tadeu, em Oliveira, em hospital Covid, entrei em contato com o secretário Igor – isso há mais de duas semanas –, e ele assegurou que isso não seria feito de forma impositiva, seria feito de forma negociada. De lá para cá, as coisas mudaram um pouco, eles (– Falha na transmissão do áudio.) concordando em manter a neurologia e a obstetria. Ainda assim, fica muito difícil essa transformação do hospital de Oliveira em hospital Covid, porque Oliveira só tem esse hospital. Imagine um paciente cardíaco ou com AVC. AVC não, porque ficaria na neurologia, mas (– Falha na transmissão do áudio.) cardíacos, o cidadão de Oliveira tem que ser

transportado, ficar na porta de hospitais em outras cidades, e isso está gerando uma grande revolta em Oliveira. Nenhuma medida de saúde, de saneamento pode ser bem aplicada quando há uma revolta. Mais do que uma oposição, há uma revolta de toda a população envolvida.

Tenho certeza de que falo isso em nome de outros deputados que já se manifestaram. O deputado Mauro Tramonte já apresentou requerimento ao governador, que deve ser apreciado na Casa, para que revise isso. Quem sabe se colocar no Centro-Oeste um hospital de campanha, da mesma maneira como foi feito aqui, na região metropolitana. O deputado Gustavo Mitre, que é também oliveirense, já se manifestou. A deputada Ione Pinheiro já assinou o abaixo-assinado, que já tem cerca de 10 mil assinaturas contra. Tenho certeza de que o deputado Gustavo Valadares, que também é votado lá, tem essa mesma visão.

Então, é um apelo que faço ao secretário, reiterando o que já venho fazendo há mais de duas semanas, por intermédio do secretário Igor: que possa repensar essa questão para que Oliveira, de novo, se reconcilie com a saúde pública estadual e não fique esse clima de oposição – mais do que isso, de revolta – com o qual me solidarizo na condição de deputado majoritário, há mais de duas décadas, em Oliveira. Então, são essas as questões.

E ainda aduzindo o (– Falha na transmissão do áudio), gostaria de ouvir também a Profa. Cristina sobre essas medidas. O deputado Alencar pediu, ele tem projetos, para que, nessa reabertura gradual, possam ser utilizadas câmeras que façam a aferição térmica das pessoas ainda na implantação de (– Inaudível.) também, em determinadas situações, e que usem desinfecção de (– Falha na transmissão do áudio.) que podem ser agregadas a um plano de reabertura. Gostaria de ouvir a Profa. Cristina sobre isso e gostaria de ouvir o secretário sobre esse apelo dramático que Oliveira tem a oportunidade de fazer aqui, por meu intermédio.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sávio Souza Cruz, pela participação. O deputado também já foi secretário de Saúde. Passamos então, em primeiro lugar, ao secretário, Dr. Carlos Eduardo, e, em seguida, à Profa. Cristina Alvim.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado Sávio, agradeço os questionamentos. Em relação a Oliveira, especificamente, acho que cabe passarmos aqui o que é a lógica do programa e o que é a lógica dos planos de contingência. Nós, efetivamente, adotamos um programa com vários dados de literatura mundial. Esses dados de literatura mundial são importantes, porque temos que ter alguma referência. Não dá para sermos completamente aleatórios ou 100% inovadores. Então, vocês vão achar, sim, alguma correlação com um dado alemão, com um dado americano, alguma coisa chinesa, israelense. Então temos vários itens. Até a intermitência faz parte, mas ela não está em plano americano, seria uma orientação mais israelense, uma sugestão israelense. Harvard também tinha sugerido isso. Então, esse plano é completo; leva, sim, ideias internacionais, de outros países, de outras estruturas, mas tentando trazer para a realidade de Minas Gerais, porque aqui é quase um país em termos de diversidade e de tamanho, de extensão territorial e de população.

Quando nós vamos para os planos de contingência, a ideia nossa sobre esses planos é sermos o mais democrático possível, tanto é que descentralizamos os planos de contingência, criamos os comitês de operações de emergência de saúde em cada macrorregião, porque isso tem que ter uma visão local, uma visão regional, e esse plano tem que funcionar. Então, para ele funcionar, nós precisamos, efetivamente, estar mais próximos das pessoas.

Quando sugerimos fortemente que tenhamos hospitais destinados à Covid e ao tratamento clínico bem separados, essa ideia não é da Secretaria de Saúde. Essa ideia é da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde, levando as melhores práticas possíveis. Volto a falar: é o possível! Sabemos que, se tivermos condição de muito facilmente separar um hospital só para Covid e outro só clínico, será muito mais simples. Mas nem sempre é assim, porque os hospitais têm uma estrutura de trabalho já histórica. Eles têm um financiamento histórico, eles têm um corpo clínico que depende daquele hospital.

Então, entendemos, com muita clareza, que há várias partes interessadas, há partes envolvidas num contexto desses e, justamente por isso, nós deixamos e encaminhamos para ser mais próximo das pessoas. Temos vários pequenos problemas, mas também já temos inúmeras soluções. Então, acho que onde está dando problema é para lapidar um pouco mais, é para corrigir um

pouco mais, mas é interessante, é importante que todo mundo saiba. Toda vez que a gente começa a se afastar muito daquilo que são as melhores práticas orientadas, também começamos a tolerar mais risco; isso sempre vai ser assim. Então, qual é o grau de tolerância a risco que queremos ter em Oliveira? Essa é uma pergunta que todos têm que verificar: a população tem que ver; os prestadores de saúde; os gestores de saúde; o gerente regional; o superintendente regional de saúde lá da região, porque quanto mais afastarmos, mais risco vai haver. Se a situação for de que não há outra alternativa em Oliveira, a não ser que o hospital seja misto, é preciso que o secretário municipal de Saúde se posicione, que o prefeito se posicione, para que a gente, efetivamente, comece a pensar nisso, porque aí vai para uma parte que é um plano interno hospitalar de contingência, com clareza, separando a circulação de quem é Covid da circulação de quem não é Covid. Se começar a misturar a circulação, aí sim, a gente sai completamente de qualquer razoabilidade científica. É difícil aprovarmos e falarmos que concordamos com uma coisa muito fora da ciência. Então, o que penso é que há, sim, condição de conversar; há, sim, condição de negociar. O objetivo de mandar para as regiões era esse, mas temos que lembrar que quanto mais nos afastamos de uma razoabilidade científica, maior é o risco que vamos correr. Cada escolha é uma renúncia. Se escolhermos alguma coisa, vamos ter um risco do outro lado. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário.

Agora vamos passar à Profa. Dra. Cristina Alvim. Antes, professora, de passar a palavra, não posso me esquecer de dizer – lembro-me sempre de cumprimentá-la como professora da faculdade de medicina, lembrando também da minha mãe que foi professora, durante muitos anos, lá, na UFMG, na cadeira de dermatologia, como professora titular, e era sempre uma honra para nós, uma alegria – que é uma alegria também recebê-la aqui.

A Sra. Cristina Alvim – Obrigada pela pergunta, deputado. Compartilho da sua preocupação. Acho que, ao escolher um modelo, a gente tem que pensar sobre as diferenças. De fato, a nossa situação, felizmente, é muito diferente da situação americana. Infelizmente, nos Estados Unidos, apesar de ser o país mais rico do mundo, a questão da prevenção não foi adequadamente levada a sério e a tempo. Então temos que pensar em outros modelos, talvez de outros países que tenham sido mais bem sucedidos, não desvalorizando o que eles têm proposto e produzido. É um país que produz, cientificamente, de forma muito significativa, sem dúvida nenhuma.

Acho que outra preocupação é que ainda não atingimos o nosso pico. A nossa epidemia está no início. Toda cautela, o que fizemos de bom, o que a Secretaria de Saúde, os municípios, o Estado como um todo fez de bom, isso é o nosso maior valor neste momento. Por isso volto a insistir que não temos testes suficientes neste momento, para garantir a segurança de medidas de abertura e flexibilização.

Nós somos o país da América Latina com o menor número de testes por milhão de habitantes. Não estou falando nem do mundo, estou falando da América Latina. Esse é um dado disponibilizado publicamente. E temos, sim, capacidade de ampliar a realização desses testes. Isso tem um custo-efetividade muito superior a leitos de UTI. Então, pensar sobre um planejamento da testagem – e a UFMG está próxima da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde. Esses relatórios que eu citei aqui foram entregues às secretarias. Então, estamos parceiros nesse planejamento.

Por fim, quero só dizer que nós consideramos um falso dilema a questão entre economia e saúde. Os dois assuntos devem ser tratados conjuntamente, complementarmente.

O presidente – Muito obrigado, professora. Com a palavra, o deputado Cássio Soares, que é o líder do Bloco Liberdade e Progresso, para que ele possa fazer as suas considerações.

O deputado Cássio Soares – Muito bom dia, meu caro presidente, deputado Agostinho Patrus. Quero agradecer-lhe sempre a oportunidade de a Assembleia Legislativa participar das questões importantes de Minas Gerais. Cumprimento também o secretário de Estado de Saúde, Dr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, agradecendo-lhe também a participação, mais uma vez, na Casa do povo mineiro, a Assembleia Legislativa; a Dra. Cristina Alvim, representante da UFMG, essa importante instituição que serve a Minas

Gerais e ao nosso país, por tantas décadas, da melhor maneira possível; e, na pessoa do presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, deputado Carlos Pimenta, cumprimento todos os colegas deputados e deputadas.

Meu caro secretário Carlos Eduardo, sendo bastante breve – e eu quero, presidente, pedir a sua vênica, a sua autorização –, chegaram alguns questionamentos de parlamentares do nosso Bloco Liberdade e Progresso, então, eu quero tentar repassá-los, ainda que a dinâmica seja um pouco diferente da proposta inicial. Mas eu quero antes, secretário Carlos Eduardo, fazer um questionamento. Nós sabemos que as santas casas e os hospitais municipais são instrumentos importantes para o combate ao coronavírus neste momento tão difícil. Em 9 de abril deste ano, o governo federal publicou a Portaria nº 774, repassando recursos extras da ordem de R\$4.000.000.000,00 para estados e municípios reforçarem as suas ações de combate ao coronavírus. Os recursos que cabem às santas casas e aos hospitais de municípios, onde não há gestão plena, foram repassados ao Fundo Estadual de Saúde, mas hoje, 20 dias após esse repasse, os recursos ainda não chegaram aos hospitais. Sendo assim, pergunto: existe alguma previsão de repasse a esses hospitais? Cada dia que esse dinheiro demora a chegar aos hospitais, significa menos tempo que eles têm para se preparar para combater, de forma eficiente, o coronavírus e poder atender melhor a nossa comunidade, a nossa população. Então, esse é um questionamento.

A Delegada Sheila externou uma preocupação com o grande número de pacientes do Rio de Janeiro que buscam a cidade de Juiz de Fora para atendimento médico, inclusive a cidade de V. Exa., secretário. Como será realizado o monitoramento e o controle dessa situação de pacientes que vêm do Rio de Janeiro?

A deputada Ione Pinheiro, por sua vez, externou também uma preocupação com a diferente atuação de municípios. Ela dá o exemplo de Ibirité, que, mesmo com mais casos do que Ribeirão das Neves, já liberou atividades de elevado risco. O governo do Estado atuará para assegurar critérios mínimos de reabertura a serem observados pelos municípios? Seria o caso da atuação do Ministério Público? Enfim, uma orientação de V. Exa.

O deputado Gil Pereira, que atua no Norte de Minas especialmente, refere-se também ao risco assumido pelos pacientes de hemodiálise, que precisam se deslocar para outros municípios para fazer o tratamento. Inclusive existem, por exemplo, em São Romão, alguns casos fáticos de pacientes de hemodiálise que adquiriram o coronavírus, a doença Covid-19, em procedimentos desse tipo de tratamento. Então, são alguns dos questionamentos que trago aqui.

O deputado Arlen Santiago também questiona sobre a priorização das emendas parlamentares voltadas para a saúde do ano de 2019, se há alguma previsão de liberação, porque os recursos indicados através de emendas parlamentares, na área da saúde, serão colaborativos no que concerne ao combate ao coronavírus.

Secretário, no mais, colocamo-nos, mais uma vez – somos 21 deputados do Bloco Liberdade e Progresso, sob o comando efetivo aqui do nosso presidente Agostinho Patrus –, à disposição para, no Parlamento, colaborar com a população mineira neste momento tão difícil pelo qual passamos. Muito obrigado e um bom dia.

O presidente – Bom dia. Obrigado, deputado Cássio Soares, líder do Bloco Liberdade e Progresso. Passamos, então, a palavra ao secretário para as respostas.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado Cássio, obrigado pelas perguntas. Em relação ao repasse previsto na Portaria nº 774, a secretaria está providenciando isso. Existem alguns trâmites internos da secretaria que são diferentes daqueles em que os recursos já caem diretamente no fundo municipal, mas eu acredito que rapidamente nós faremos a transferência para as santas casas daquilo que for direito de cada uma.

Em relação a Juiz de Fora estar recebendo pacientes do Rio de Janeiro, ontem eu tive contato com o prefeito de Juiz de Fora. Ele me ligou, e nós conversamos sobre a demanda. Por enquanto, nós tivemos alguns casos; ainda são poucos, mas já são muito significativos no sentido de marcarmos talvez uma tendência, uma mudança de comportamento na divisa. E, então, o que eu fiz ontem mesmo? Entrei em contato com o ministério, com o secretário de Vigilância Sanitária, que é o Wanderson, para discutir com ele o que

nós poderíamos fazer, porque isso traz uma mudança de perfil, uma mudança de planejamento em relação ao que Minas Gerais havia feito, inclusive na região Sudeste, que é a região de Juiz de Fora, e também em relação ao financiamento. Eu estou muito próximo também, com bastante contato, com o secretário de Saúde do Rio, o Edmar, para a gente tentar ter a melhor condução possível.

É importante lembrar que é preciso termos solidariedade, sim. Se no Rio estiver muito ruim, a gente atender alguns pacientes de lá faz parte. A saúde se presta a isso, nós não podemos deixar as pessoas falecerem simplesmente por questão de divisa, mas também temos que nos preocupar com a melhor estruturação possível do nosso Estado. E nisso aí, como existe essa questão de ser interestadual, divisa, eu preciso muito da participação do Ministério, da ajuda do Ministério também para poder atender o Rio de Janeiro, se for o caso. Então, eu já estou em contato com o Ministério, para nós tentarmos caminhar nesse sentido.

Em relação ao questionamento da deputada Ione, à abertura, reforço que esse plano, deputada, que nós estamos trazendo, o Minas Consciente, não é um plano em que o foco é a flexibilização. O plano tem um foco muito mais na coordenação, em dar uma ideia de homogeneidade ao Estado, para que nós possamos começar a ter uma visão do todo, uma visão mais global. Se cada município tiver uma postura muito particular, muito aleatória, a tendência vai ser nós termos uma rede caótica, e isso preocupa, sim, a Secretaria de Estado de Saúde. Nós somos muito próximos do Ministério Público; eles fazem parte do Coes, que é o nosso Comitê de Operações de Emergência em Saúde. Então, eu acredito que, com o tempo, nós vamos ter, sim, o apoio dos prefeitos. Eles vão entender a importância do nosso trabalho nesse sentido.

Em relação à pergunta do deputado Gil Pereira sobre hemodiálise, esse é um caso complexo, porque os pacientes que fazem hemodiálise precisam necessariamente comparecer à clínica. Eles não podem interromper o tratamento, porque ele é continuado. Nós temos que ter as melhores práticas de prevenção, de cuidado para isso. Eles têm que realmente ter o máximo de controle, isso traz um risco maior. Pensar em eles não terem deslocamento é complexo, porque eles precisam comparecer à clínica de hemodiálise. Então, nós temos uma nota técnica sobre o comportamento em hemodiálise, sobre esses cuidados, que nós esperamos que todos sigam porque, na nossa visão, é o que há de melhor tecnicamente para ser feito.

E, em relação ao questionamento do deputado Arlen Santiago, essas emendas, no que tange à Secretaria de Saúde, estão muito bem encaminhadas, e eu tenho conversado com a Fazenda para nós tentarmos viabilizar isso. Todo o valor financeiro que nós colocarmos na rede agora será muito bem aplicado e trará, direta ou indiretamente, ajuda no combate à Covid. Então, eu estou conversando com a Fazenda. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos passar agora a palavra ao deputado Gustavo Valadares, que é o líder do Bloco Sou Minas Gerais. Para suas considerações, com a palavra, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Bom dia, presidente Agostinho. Bom dia, secretário Carlos Eduardo. Bom dia, Cristina, que representa o Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do Novo Coronavírus da UFMG. Obrigado aos dois visitantes pela presença nesta reunião importante para nós e para Minas Gerais como um todo, para esclarecimento, em especial, do novo programa do governo do Estado, o Minas Consciente, para a abertura gradual das atividades do Estado frente a pandemia do coronavírus.

Eu vou começar fazendo uma pergunta, presidente, à Cristina, mas obviamente uma pergunta em que eu acho que ela deverá externar a opinião não só dela, mas do comitê de enfrentamento da Covid-19, que ela representa, da Universidade Federal de Minas Gerais. A minha pergunta seria sobre se esse comitê faria algo diferente do que o Estado está propondo com esse programa Minas Consciente, a começar pela questão temporal. Estamos no momento certo de implementarmos esse programa? Segunda questão: se não estivermos no tempo certo, qual seria o tempo correto para se promover essa reabertura gradual? E a terceira é sobre os moldes em que está proposto o programa Minas Consciente. O comitê de enfrentamento da Universidade Federal de Minas Gerais levaria à frente um programa mais ou menos nos mesmos moldes do apresentado recentemente pelo governo do Estado e agora

repetido aí, na Assembleia, no nosso Plenário, pelo Secretário de Saúde Carlos Eduardo? Essas seriam as perguntas à Cristina, a quem agradeço, mais uma vez, a presença.

E farei também ao secretário, obviamente. Assim como o deputado Cássio, eu também recebi dos meus colegas de bloco algumas preocupações, umas pontuais, outras mais gerais; todos eles repetindo um pouco o que é este momento que estamos vivendo de muita aflição por conta desta pandemia, não só em Minas, mas no País e no mundo como um todo. Eu começaria pelas perguntas do deputado João Leite e da deputada Celise, que são mais abrangentes.

A pergunta do deputado João Leite é a seguinte: (– Lê:) “Os 5 milhões de testes rápidos para o novo coronavírus comprados por uma mineradora na China começaram a ser entregues no início do mês. A parte destinada a Minas Gerais já foi entregue? Ela é suficiente? Como está sendo usada? A Funed, que está encabeçando uma rede de laboratórios em Minas Gerais, está participando desse processo?” Essas foram as perguntas do deputado João Leite.

A pergunta da deputada Celise é destinada à Sra. Cristina: (– Lê:) “A Universidade Federal de Minas Gerais pode se unir ao Estado para que tenhamos laboratórios para exames de Covid-19 nas cidades-polos, facilitando a realização dos exames e agilizando os resultados? Assim teríamos os exames e os resultados em todas as regiões do Estado”.

Estou terminando, presidente. Pergunta do deputado Fábio Avelar de Oliveira: (– Lê:) “Prezado secretário de Saúde, gostaria de saber a respeito dos salões de beleza, barbearias e academias de ginástica. Qual é a razão para não poderem ser reabertos, atendendo, é claro, todas as recomendações de higiene e prevenção ao contágio? Em Nova Serrana, por exemplo, vemos até consultórios odontológicos funcionando, o comércio todo aberto, e esses estabelecimentos estão fechados devido a uma ação de um promotor de justiça do município. Portanto, o prefeito não tem autorização para reabrir tais estabelecimentos”. É a pergunta do deputado Fábio Avelar.

Do deputado Bosco é uma colocação, obviamente, uma aflição que ele está tendo em relação à sua cidade natal, Araxá. (– Lê:) “Nós temos todos os equipamentos – já adquiridos desde 2012 – para a instalação de uma UTI neonatal com 10 leitos em Araxá. Porém, ela ainda não foi instalada porque a Santa Casa de Araxá não tem condições financeiras para o custeio. Considerando que o governo federal está credenciando novos leitos, em especial leitos infantis, solicitamos ao ilustre secretário a inclusão da UTI neonatal de Araxá no edital do governo federal para Minas Gerais”. E ele, inclusive, manda um abraço. É o deputado Bosco, secretário.

Pergunta do deputado Noraldino Júnior. (– Lê:) “A Secretaria de Saúde vai disponibilizar exames, testes da Covid e outros equipamentos para os servidores de outras secretarias que precisam estar em campo, como os fiscais e servidores do meio ambiente, que estão, neste momento, nas ruas, fiscalizando e atuando para garantir a segurança ambiental e também a continuidade dos licenciamentos?” Ele traz também uma preocupação quanto à questão da distribuição de medicamentos nas farmácias de Minas. Diz o deputado Noraldino que, em Juiz de Fora – e ele acredita que não seja apenas em Juiz de Fora, mas no Estado como um todo –, continua havendo aglomeração quando da distribuição de medicamentos. Ele quer saber se o Estado possui algum plano para diminuir essa aglomeração de pessoas na hora da distribuição de medicamentos nas farmácias.

Peço desculpas ao presidente por ter me alongado, mas eu não poderia deixar de passar essas perguntas e colocações dos deputados do meu bloco. Mais uma vez, agradeço à Sra. Cristina e ao secretário de Saúde pela presença nesta reunião de debate. Um abraço a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares. Vamos passar a palavra, em primeiro lugar, à Profa. Cristina, para suas considerações.

A Sra. Cristina Gonçalves Alvim – Obrigada pela pergunta, deputado. Eu gostaria de dizer que hoje à tarde, na UFMG, nós teremos um websimpósio, e a TV Assembleia irá transmiti-lo. Acho que será um momento muito adequado para demonstrar o que nós temos feito dentro do comitê e em pesquisas sobre o isolamento social.

Respondendo à pergunta, se nós faríamos algo diferente, eu acho que essa é uma questão muito delicada. Nós não estamos nesse lugar – não é? – de decidir, nós estamos no lugar de assessorar, de sermos consultores, e as considerações que nós gostaríamos de trazer para esse plano são as que nós colocamos na nossa apresentação.

Existe a preocupação em relação ao momento da nossa epidemia, sim. Nós estamos no início. Estamos sendo bem-sucedidos neste início, porém, se agirmos incorretamente, tudo pode ser perdido num espaço de tempo muito curto. Para evitar isso, a monitorização não pode ser feita com base na doença e na ocupação de leitos, ela tem que ser precoce, por meio da testagem. Então, volto a insistir nisso. O que nós faríamos de diferente seria um planejamento dessa testagem para maior cobertura, maior representatividade. É pensar em amostragem. Temos, sim, um grupo na UFMG que está pensando ativa e criativamente sobre esse problema, pensando em estratégias, por exemplo, de testar pessoas em ocupações essenciais mais expostas, como, por exemplo, caixas de supermercados, motoristas de ônibus, para serem representativas da circulação do vírus na nossa comunidade antes de serem sintomáticos.

E temos, sim – é a outra pergunta –, laboratórios disponíveis, que estão, neste momento, por exemplo, com capacidade de realizar mais exames do que têm sido feitos, porque, com a parceria com a Funed, que é a referência no Estado para a realização desses exames... Essa parceria foi muito bem-sucedida e conseguiu-se zerar os exames que estavam parados. Mas, infelizmente, a cobertura da coleta e da chegada desses materiais para serem testados ainda está aquém do que seria necessário. E não só a UFMG, é claro... Nós temos outras universidades públicas pelo Estado que também podem contribuir e outros laboratórios, tanto na rede pública quanto na privada. Isso deverá ser pensado, para ampliar e planejar essa testagem. Era essa a contribuição que, enquanto UFMG, a gente gostaria de colocar.

O presidente – Muito obrigado, professora. Vamos passar agora a palavra ao secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Gustavo Valadares, pelas perguntas e ponderações.

Eu vou partir, talvez, diretamente, para algumas perguntas dos outros deputados, mas pontuando item a item e também trazendo algumas outras considerações. Em relação ao questionamento do deputado João Leite sobre os testes que foram adquiridos e doados ao ministério, é importante nós lembramos que uma coisa é quando a Secretaria de Estado de Saúde adquire, pois ela adquire dentro de um projeto em que ela tem a iniciativa, ela tem a demanda, ela tem a destinação. Então, nesse momento, nós temos toda a gestão. Já, quando nós recebemos testes os mais variados ou até recursos financeiros que vêm do ministério, a grande maioria desses testes e recursos financeiros têm uma destinação definida, em que o Estado simplesmente repassa ou aplica, seguindo aquela destinação definida. Esses testes rápidos que nós estamos recebendo têm uma destinação inicialmente para a recomposição de força de trabalho em saúde, então, eles visam a que nós venhamos a identificar os profissionais de saúde que já foram expostos ao vírus, que já estão gerando uma resposta imunológica, e também têm um padrão de distribuição que foi orientado pelo ministério. Esse padrão, na primeira orientação, foi questionado pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde – Conass – e foi feita uma revisão, mas, nesse momento em que já foi definida a revisão, nós estamos distribuindo para as regiões e para os municípios que vão ser contemplados.

Em relação ao questionamento do deputado Fábio Avelar, nós temos várias atividades econômicas que nós precisamos discutir mais, discutir com cuidado. A academia de ginástica é uma das áreas que nós estamos discutindo. Existem protocolos internos de academias, mas dentro do que é a visão inicial da secretaria, nós temos um pouco de preocupação. Na verdade, não é nem tão pouco, já é um bom tanto de preocupação, porque a academia de ginástica tem várias particularidades: ela tem um trânsito importante de pessoas, ela envolve um volume de secreções muito grande, ou seja, a pessoa que está correndo está com esforço respiratório, e é muito difícil nós pensarmos que alguém vai andar ou correr numa esteira usando máscara. Essa pessoa provavelmente vai estar respirando com intensidade, e isso tende a espalhar o vírus no ambiente. Como há o aquecimento normal da atividade física, muitas vezes, há ar-condicionado ou ventiladores, e isso pode trazer algum risco de dispersão de vírus. Não bastasse isso, ainda há o suor e a

relação entre as pessoas. A pessoa pega num equipamento, e é muito difícil pensarmos que esse equipamento vai ser desinfetado com qualidade para o próximo fazer o exercício. Então, a equipe técnica tem tido muitos questionamentos sobre isso, eu já tive várias demandas sobre academias de ginástica e pedi recentemente para a equipe ter um posicionamento o mais técnico possível, para que isso efetivamente possa ser aplicado.

É importante nós lembrarmos que academia de ginástica, fazer exercício físico, faz bem para saúde também. Nós entendemos isso, mas, por outro lado, esses riscos que eu coloquei aqui são reais e devem ser medidos adequadamente.

Em relação ao questionamento do deputado Bosco sobre Araxá, eu tive essa informação, deputado, e orientei que colocássemos no plano de contingência da região... Uma UTI neonatal neste momento, enquanto neonatal mesmo... Não esperamos o aumento de demanda de crianças com casos graves de Covid, mas, como eu sei que a estrutura lá é muito bem montada, tem equipamentos, eu pedi para avaliar se nós não poderíamos pegar os monitores e os respiradores que já estão lá e, efetivamente, transformá-los, neste momento inicial, em leitos de terapia intensiva. Mas, de toda forma, se os equipamentos forem muito específicos para leitos neonatais, a ideia nossa é concluir também lá.

Com relação aos questionamentos do deputado Noraldino sobre EPIs de outras secretarias, esse grupo da Defesa Civil que adquiriu EPIs fornece, sim, EPIs quando demandado por outras secretarias, mas naturalmente essas demandas têm que ter um componente técnico adequado, com a justificativa técnica adequada, qual é o EPI, para qual função, uma vez que hoje já foi orientado para toda a sociedade o uso de máscara. Então, se for uso de máscara, todo mundo já tem que estar usando e, de preferência, evitar que sejam máscaras de uso hospitalar.

Em relação às farmácias, primeiro eu gostaria de agradecer ao deputado. Ele nos ajudou numa estrutura em Juiz de Fora de um programa de entrega. Ele foi um dos idealizadores. Então, eu queria deixar aqui o agradecimento, lembrando que hoje nós temos várias ações já em andamento. Elas têm que ser implantadas com um pouquinho de calma, então não estão no Estado inteiro. Nós já temos hoje uma distribuição de medicamentos através de uma rede de aplicativo, que é o 99, entregando medicamentos em casa para pessoas de altíssimo risco respiratório ou que tenham asma grave ou que tenham Dpoc, hipertensão pulmonar, ou seja, um foco de pessoas que correm risco muito grande, caso peguem a Covid-19. Então, nós já estamos entregando em casa. Começou em Juiz de Fora em um teste, começamos em Belo Horizonte esta semana e vamos para outras cidades do Estado. A ideia é de que a gente amplifique isso com certa rapidez. Em Belo Horizonte, já tomamos uma atitude em relação aos medicamentos para pacientes que fazem terapia renal substitutiva, que façam hemodiálise. Ao invés de eles terem que comparecer à farmácia, nós estamos entregando os medicamentos nas clínicas de hemodiálise. Como eles já vão frequentemente às clínicas, fica mais fácil pegarem lá, com todo o rigor que precisa haver, para se ter certeza de que esse paciente vai ter acesso ao medicamento. Mas isso já está acontecendo. Em Belo Horizonte, hoje, são 4 mil pessoas assistidas com essa técnica de entrega. Nós já começamos também, ao longo de toda a rede do Estado, a entregar o suficiente para três meses dos medicamentos que estamos conseguindo adquirir em um volume maior, de forma que as pessoas não precisem ficar voltando todo mês às farmácias, ou seja, isso vai diminuir filas também. E nós estamos pensando em fazer um esquema drive-thru para entregar medicamentos sem a pessoa sair do carro, mas nós sabemos que nem todo mundo tem carro, que nem todas as farmácias têm espaço para a passagem de carros. Então, isso faz parte de um projeto, e nós estamos aí correndo com ele porque a epidemia não espera muito, mas é um projeto interessante também. Ou seja, nós vamos ter uma ação multimodal para tentar reduzir as filas nas farmácias. Obrigado.

O presidente – Obrigado, secretário. Passaremos agora a palavra ao deputado André Quintão, que é o líder do Bloco Democracia e Luta, para suas considerações.

O deputado André Quintão – Bom dia, presidente Agostinho Patrus. Bom dia, secretário Carlos Eduardo. Bom dia, Profa. Cristina e deputado Carlos Pimenta. Queria aqui, já no início, agradecer a colaboração e o empenho de todos os deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta: deputada Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Celinho Sintrocel, Elismar Prado, Gustavo

Santana, Léo Portela, Beatriz Cerqueira, Betão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leninha, Marquinho Lemos, Marília Campos, Ulysses Gomes e Virgílio Guimarães, todos com um trabalho muito dedicado, sempre, na Assembleia e, em especial, neste momento da pandemia.

Desde o início da pandemia, nós vivemos essa tensão no debate sobre a necessidade do isolamento social, do distanciamento social, com setores que buscam contrapor a questão da economia e da saúde; uma tensão, a meu ver também, equivocada, concordo com a Dra. Cristina. A Organização Mundial da Saúde tem recomendações, e a própria Assembleia Legislativa resolveu esse problema em Minas ao incluir na lei, no projeto que nós aprovamos, que Minas deve seguir essas orientações e cita explicitamente o isolamento e o distanciamento social. É verdade que o governador tem vacilado desde o início: ora segue a posição do presidente da República, entra em polêmica, inclusive aqui, com o prefeito da capital, mas também sofre pressão das opiniões das autoridades, é influenciado pelas autoridades sanitárias do seu próprio governo e da Assembleia Legislativa.

Mas hoje é o dia deste debate importante. Primeiro, o programa Minas Consciente. Nós concordamos que o governo tem o papel de coordenação numa pandemia. Aliás, este é um problema hoje: falta uma cooperação internacional, falta uma coordenação federativa nacional, e, portanto, nós temos que valorizar a questão do planejamento. Mas a coordenação e o planejamento não são só para o retorno das atividades econômicas, são também para reforçar a necessidade do isolamento, do distanciamento. Por exemplo, numa região metropolitana, não adianta um município adotar uma postura e o outro outra, porque o cidadão é metropolitano, e a transmissão numa área conurbada pode ser grande. Então, nós defendemos, sim, essa ação. Mas, com relação ao Minas Consciente, a pergunta que fica é a seguinte: seria prioridade, neste momento, colocar isso como agenda prioritária? O secretário falou em uma questão do papel de indução do governo estadual. Sim, existe um papel de indução, mas você pode induzir para os riscos de uma volta antecipada. A questão econômica, os efeitos econômicos e sociais, nós vamos resolver, com rede de proteção social, com apoio aos pequenos e médios comerciantes, senão nós vamos viver sob uma permanente chantagem.

Queria dizer que existe uma questão central, e foi colocada pela Profa. Dra. Cristina: essa base de dados de testagens que o Estado realiza é suficiente para uma decisão e orientação seguras para as regiões de Minas? Nós temos 80 mil suspeitos. Eu vi, na entrevista coletiva do governador e do secretário, que eles pegam por base uma amostragem dos casos testados, mas será que isso é suficiente para uma ação segura nas regiões de Minas?

Porque uma coisa é pesquisa eleitoral. Pesquisa eleitoral com baixa amostragem aumenta margem de erro. Você aumentar margem de erro, numa indução de retorno, de abrir mão de um nível de isolamento social, poderá custar vidas humanas. Quando o governo coloca no plano a possibilidade de revisão, de recuo... Milão recuou, o prefeito recuou, pediu desculpas, depois de ter enterrado 5 mil pessoas. Esse é o debate que a gente tem que fazer, e eu queria ouvir um pouco mais – a Dra. Cristina já mencionou –, queria que vocês, o secretário e a professora, aprofundassem um pouco mais o assunto. Com a amostragem hoje realizada, há segurança para orientar os municípios a assumir os protocolos? O que seria essa testagem planejada? É possível o Estado avançar nesse sentido? Nós não queremos fazer discussão ideológica dessa situação. Nós queremos é ter segurança ou não das medidas. Eu e boa parte do nosso bloco, majoritariamente, entendemos que nós ainda não chegamos ao pico da pandemia e que esses protocolos atendem muito mais a uma pressão de setores econômicos, da própria Fiemg – que antecipou, inclusive, as diretrizes do plano –, do que a uma diretriz associada às recomendações de prevenção e precaução.

Por fim, presidente, queria também perguntar para a Profa. Cristina sobre o processo de expansão do vírus, em tempos determinados, nas várias regiões de Minas. Há muita gente tranquila, que, até pelo êxito do isolamento, acha que o vírus nunca vai chegar.

A outra questão é sobre o risco do ressurgimento. O Minas Consciente fala das ondas econômicas. E a onda da pandemia? E, se houver uma flexibilização precoce, como poderia ser o retorno? Aí acho que seria o caos. Mas queria ouvir um pouco mais. Sinceramente, acho que estamos querendo resolver uma pressão econômica. É lógico que o sentimento – já termino, presidente – das

peessoas, principalmente dos pobres, daquelas que estão perdendo empregos é legítimo. Não podemos penalizá-los. Mas isso a gente vai resolver com rede de proteção social. E, para os empreendedores, com o BDMG, com crédito, com o apoio do Estado. Se a gente quiser resolver com uma leitura epidemiológica incorreta, poderemos juntar doença, fome e pobreza. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado André Quintão, líder do Bloco Democracia e Luta. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo, para os esclarecimentos, e, em seguida, a Profa. Cristina.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado André Quintão, gostaria de agradecer os questionamentos, as pontuações, que acho extremamente pertinentes. Com esse programa, o que estamos fazendo, efetivamente, é trazer uma coordenação e uma indução. Coordenação por quê? Porque – volto a frisar aqui, já falei algumas vezes – não é razoável termos um ambiente caótico, em que cada lugar se tenha uma ideia. Ou seja, se tivermos um ambiente caótico, qualquer conotação técnica, quer seja da Secretaria de Saúde, quer seja do ministério, da OMS ou da UFMG, se perde. Então, precisamos ter um mínimo de alinhamento, e esse plano traz isso. A partir do momento em que começamos a notar, claramente, que a sociedade como um todo, que vários municípios começaram a caminhar por conta própria, num cenário caótico, fez-se necessário e oportuno que esse plano fosse lançado.

Então, não me parece que esse plano seja precoce, que esse plano seja antecipado de forma nenhuma. É um plano real, que tem muito bom senso. Em momento nenhum os senhores me ouviram falar que vamos flexibilizar tudo. Não foi falado isso aqui em momento nenhum. O que falamos é que estamos num cenário, que é somente de serviços essenciais, que estamos medindo; que lançamos protocolos para esses serviços essenciais, de forma que eles, efetivamente, tenham o melhor resultado. Essa é a postura do governo do Estado de Minas. E a indução é justamente isto: nós vamos medir, vamos acompanhar, vamos tentar fazer o que é possível, da melhor forma. O que neste momento não é possível, não tem como ser feito, por si só já é impossível. Então, vamos fazer, hoje, o que conseguimos; vamos buscar o que é melhor. Vamos comprar mais testes, vamos tentar desenvolver testes rápidos, mas tudo com muita realidade, porque, neste momento, não há como comprarmos facilmente. O Estado não tem como ir ali e comprar. Temos alguns rigores: a gente precisa ter nota técnica; a gente precisa que os testes sejam aprovados pela Anvisa, que eles tenham o mínimo de comprovação de eficiência. Ou seja, a coisa tem um pouco mais de rigor. Além de tudo, a gente precisa que esses testes estejam disponíveis para compra – isso também é importante. Então, há, sim, um programa, um projeto do governo do Estado de comprar testes, de aumentar a testagem. Isso já está dentro de outro programa que temos também.

Em relação a apoiar os pequenos e médios empresários, acho que esses daí são de longe, de longe os que mais sofrem quando falamos em uma desaceleração muito grande, um isolamento muito perdurado. Então, acho que todo bom senso deve ser praticado neste momento, porque a melhor forma de apoiarmos os pequenos e os médios é tendo um time, tendo o momento correto de votar às atividades.

Volto a falar: essa ideia de segurança absoluta que, muitas vezes, ouço algumas pessoas falarem preocupa-me muito, porque, neste momento, ninguém tem segurança absoluta de nada. O que buscamos é fazer o máximo, fazer o melhor, mas não há segurança absoluta nenhuma. Já vimos casos de pessoas contaminadas que estavam isoladas em casa há dias. Então, isso implica risco.

Quando falamos da testagem, a testagem é, sim, uma das melhores técnicas que existe. Mas também não é uma panaceia, não é uma coisa maravilhosa, não. Sabemos que muitas pessoas que fazem o teste não têm o resultado confiável. Isso é claro na literatura. Temos casos de Israel banindo teste, de a Espanha devolver testes rápidos. Acho que tem de haver bom senso, porque a coisa não é tão simples assim: “Vamos fazer e pronto!”. Toda vez que falamos de estado, estamos falando de milhões pessoas, milhões de reais, e tem-se que buscar segurança. Então, a ideia nossa é esta: estamos estudando, vamos trazer um projeto de testagem, e esse projeto de testagem é real e vai vir com um objetivo muito claro. Mas, neste momento, parece-me ser pertinente termos um plano, pelo menos, com esse objetivo de coordenar ações. Os municípios, em grande maioria, não estão parando para esperar testagem, não. Eles já liberaram muitos dos seus serviços.

Então, acho que a gente precisa retomar um pouco esse controle; trazer, efetivamente, para um momento em que a gente tenha mais controle e, aí sim, ter o máximo de segurança possível. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos ouvir, agora, a Profa. Dra. Cristina Alvim.

A Sra. Cristina Alvim – Obrigada, deputado, pela pergunta. Gostaria de dizer que a UFMG está, sim, disponível para participar desse planejamento da amostragem a ser testada, desse planejamento de testagem que permita uma maior segurança e um melhor monitoramento do acompanhamento dessas ações propostas.

Gostaria também de dizer, sobre a pergunta do senhor, que temos, na UFMG, estudos de outras naturezas de diversas áreas, inclusive da nossa Faculdade de Ciências Econômicas, mostrando, sinalizando uma série de medidas na área da economia que seriam importantes para conciliar o cuidado, que não é dicotômico, entre saúde e economia. Temos também trabalhos nas áreas das ciências sociais e humanas e da psicologia mostrando, sinalizando possíveis estratégias para enfrentarmos esse desafio da melhor forma possível, cuidando das pessoas.

Essa frase das pessoas que acham que a coisa nunca vai chegar ou que está sob controle e que é exagero é o que chamamos de paradoxo da prevenção, porque os bons resultados de uma medida preventiva, quando ela é adequadamente implementada, no momento certo, são invisíveis. Ninguém notícia as pessoas que estão vivas; ninguém notícia as pessoas que não estão internadas. Então, isso gera para nós um paradoxo.

Sobre as ondas da pandemia, ninguém sabe. É uma doença nova. Nós não sabemos o que irá acontecer a daqui para frente. Existem estudos de inquéritos epidemiológicos, em países que estão numa fase mais avançada da pandemia do que aquela em que nos encontramos, mostrando que não há sinais de que a imunidade de rebanho irá acontecer e mostrando que mais ou menos 20% da população se infectou; há estudos na China, por exemplo. Então, isso não gera imunidade de rebanho. É por isso que a China, sim, que já está mais avançada, considera a possibilidade de esse vírus continuar circulando e virem outras ondas. Por isso a gente precisa estar juntos, agindo de forma coordenada, com todos os esforços voltados para que a gente se reestruture; e se reestruture de uma maneira melhor, como uma sociedade melhor.

Concordo com uma filósofa alemã que colocou que a maior inquietação dela, neste momento, é que a gente passe por tudo isso e nada mude, que a gente retorne a uma normalidade, sabe-se lá quando, como uma sociedade ainda injusta e muito desigual. Acho que o momento que a gente está vivendo serve justamente para a gente pensar sobre a infraestrutura dos serviços públicos de saúde, de educação, e cuidar dessas estruturas que vão dar para a gente condições de enfrentar o que virá pela frente. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, professora. Vamos passar a palavra ao deputado Inácio Franco, líder da Maioria, para as suas considerações.

O deputado Inácio Franco – Bom dia, presidente Agostinho. Quero cumprimentar o nosso secretário de Saúde, Dr. Carlos; a professora, Dra. Cristina, da UFMG; o Dr. Carlos Pimenta, nosso presidente da Comissão de Saúde; e, na pessoa do Dr. Carlos, todos os colegas deputados.

Secretário Carlos, o deputado Sávio falou sobre o problema de Oliveira. Na semana passada, tivemos um problema também, o de regionalizar Pará de Minas. Lá temos somente um hospital, que é o Hospital Nossa Senhora da Conceição. Surgiu, na cidade, o boato de que o hospital seria para atender somente a Covid. A população ficou espantada, porque, no caso de uma pessoa sofrer infarto, não seria atendida no Hospital Nossa Senhora da Conceição, teria que ir para outro município. Esse é um problema que aconteceu nesta semana, na cidade.

De acordo com a fala do senhor, o controle de tomada de decisão que está sendo feito em Minas Gerais, a compilação desses dados seria de 14 dias. A gente vê – a Dra. Cristina falou – que o ideal seria a cada sete dias. Então, acho que isso deveria... Não sei se seria a maneira, se esses dados deveriam ser semanais, de sete dias.

Outra coisa: já vimos aí que atrasamos a Covid aqui, no nosso estado. Acho que isso foi benéfico para o Estado, registramos somente 61 mortes. Já temos uma data de quando será o pico da pandemia, da Covid em Minas Gerais? Já temos essa data?

Outra questão, Dr. Carlos, que a gente está vendo em muitos municípios, em muitas cidades no nosso estado – acho que esse problema não deve ser só no Estado, mas é um problema muito sério: a aglomeração das pessoas nas agências bancárias da Caixa Econômica para receber R\$600,00 do governo federal. Isso é uma coisa absurda que está acontecendo nas cidades de Minas Gerais. É muito mais do que abertura do comércio. Vimos aí – esses dias, estive num município e presenciei essa situação – mais de quinhentas pessoas na fila e sem seguirem o protocolo de segurança. Acho que o próprio governo deveria tomar uma decisão sobre isso também. Não sei se o município é que teria que fiscalizar essas filas. Mas há risco muito grande nessas filas, nessas agências bancárias.

Finalizando, gostaria, mais uma vez, de parabenizar o senhor pelo trabalho que vem fazendo na secretaria. Sabemos do trabalho que está sendo feito. Vamos rezar para que isso passe logo, se Deus quiser. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Inácio Franco, líder da Maioria nesta Casa. Com a palavra, o secretário Dr. Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Inácio Franco. Acho que o trabalho tem sido, sim, sério. Toda a equipe da Secretaria de Saúde está muito engajada. Estamos buscando entregar o máximo de qualidade para o Estado de Minas Gerais. Acho que essa é a nossa função, esse é o nosso objetivo.

Em relação ao hospital, realmente temos tido vários questionamentos quanto ao hospital ser Covid ou não. Isso é uma realidade nova com que a população não lidou ainda, que traz, às vezes, uma visão desconstrutiva de que nós tentamos ter um hospital que fosse tratar de tudo ou de quase tudo, e de repente esse hospital passa a ser só para Covid. A primeira coisa que é importante nós informarmos à sociedade é: “Olha, não vai ser só Covid para a vida toda, não. Isso será só por um tempo, enquanto nós tivermos o pico maior”. A outra coisa é que existe efetivamente uma lógica para evitar que as pessoas que não estão internadas por Covid corram o risco de entrar com infarto e pegar a Covid dentro do hospital. Essa, para nós, é a maior preocupação. E esses planos de contingência que estamos fazendo levam muito a sério essa ideia da capacidade da região, da necessidade de deslocamento das pessoas, porque, em uma região em que só há um hospital, que é longe de tudo, e são necessárias horas de deslocamento para se chegar a outro hospital, a situação já está definida, ou seja, não tem como não termos esse hospital fazendo as duas coisas. E aí nós iremos para um plano de tentar que esse hospital tenha um fluxo interno melhor, mais qualificado. Mas a ideia é esta, ou seja: cada região efetivamente ter a sua mensuração lá, com o COE regional, e buscar um melhor equilíbrio.

Em relação a essa ideia de 14 dias, eu entendo que nós não teremos 14 dias parados. Nós estaremos trabalhando, avaliando diariamente qualquer sinal de alerta. Caso a gente tenha uma flexibilização, nós ficaremos muito ativos. Nós cogitamos ter o que nós chamamos de intermitência, ou seja, liberar uma semana, sabendo que, nessa semana, vamos expor um pouco mais ao risco, e já fechar na semana seguinte, porque será o período de adaptação para a gente ver como foi a contaminação, como foram as mudanças do evento. Aí, se efetivamente não houver um pico muito alto, a gente reestuda, avalia. A Profª. Cristina foi muito feliz quando falou que existe um iceberg. Existe, sim. Nós não conseguimos ver quem já foi contaminado, a não ser que essa pessoa comece a demandar. Os exames dela ajudam? Ajudam sim, com certeza, mas as pessoas que já foram contaminadas, as que tiverem que desenvolver a doença, as que tiverem que ficar mais graves, a partir do momento em que já foram contaminadas, vão seguir o curso. Então, talvez nós tenhamos que efetivamente ter um controle, uma perspectiva de controle em um prazo mais longo e ser mais cuidadosos, cautelosos e conservadores.

Em relação ao pico da epidemia, essa pergunta que o senhor me faz é muito interessante porque o objetivo todo nosso é, a cada semana, ter um pico mais distante. Então, a ideia não é que essa projeção seja dinâmica e que nós saibamos que no dia tal será isso; o isolamento serve para ir alongando o pico. Então, a cada semana que nós medimos, nós vemos: “Olha, esse pico foi projetado

um pouco mais para a frente, esse outro também foi projetado um pouco mais para a frente”. Quando nós começamos a projetar o pico para a frente, nós também diminuimos o número de pessoas que vão teoricamente ser acometidas na época do pico. Então, nós vamos achatando. E a ideia ideal seria isto: que se acabasse um pico, e nós tivéssemos a linearidade de acometimento de casos. Isso é um sonho – não me parece ser uma coisa muito exequível –, mas seria o ideal. Nós estamos conseguindo em Minas Gerais, cada vez mais, jogar o pico um pouco mais para a frente e achatá-lo um pouco mais. Se isso for real, se as projeções se confirmarem, quanto mais tempo nós conseguirmos levar o pico para a frente, mais tempo a gente terá para ir adaptando a rede, montando, comprando respiradores, comprando testes, ou seja, a gente vai se equilibrando. Então, dentro dessa ideia, alongar o pico quer dizer diminuir o número de pessoas infectadas no mesmo dia, que teriam um risco de desassistência, e prepararmos a rede para a assistência.

E, quando o senhor fala de filas em bancos, com aglomerações, isso realmente nos preocupa. Toda aglomeração, toda fila não é desejada, ela deve ser evitada. Nós temos que tentar ter o máximo de controle, e isso eu vejo muito claramente quando nós, da Secretaria Estadual de Saúde, sofremos em organizar alguma fila na farmácia. A coisa não é tão simples, até mesmo porque as pessoas precisam entender que elas têm que ficar distantes, que o ideal é trabalhar com agendamento. Por exemplo, na Farmácia de Minas, a gente tem tentado trabalhar só com agendamento, e mesmo assim nós temos ainda um percentual muito grande de pessoas que chegam lá e não estão agendadas, ou seja, acaba havendo um pouco mais de demanda além do que foi planejado, além do que foi estruturado, causando aglomeração. Então, nós temos que evitar. Todo esforço nesse sentido é importante, e esse esforço passa muito por protocolos para nós diminuirmos as filas e as aglomerações. Muito obrigado, deputado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Vamos ouvir agora o líder da Minoria, deputado Ulysses Gomes, para suas considerações.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente Agostinho Patrus, um bom dia a V. Exa. Estendo o cumprimento a todos os deputados e deputadas que nos acompanham, na pessoa do deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde. Quero cumprimentar também o secretário de Saúde, Carlos Eduardo, assim como a Dra. Cristina Alvim, que, com muita alegria, nos atendeu nessa parceria da Assembleia Legislativa juntamente com a Universidade Federal de Minas Gerais.

Aos dois participantes, há alguns comentários que eu queria fazer, atendendo, é claro, a representação que faço em nome do nosso bloco e da nossa Minoria formada pelos deputados: Ana Paula Siqueira, André Quintão, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Elismar Prado, Leninha, Marília Campos, Marquinho Lemos, Gustavo Santana, Léo Portela, Virgílio Guimarães e Doutor Jean Freire. É uma alegria poder falar do trabalho que cada um e cada uma vem fazendo nesse período de pandemia.

Mas, secretário e Dra. Cristina, a gente sabe que o próprio bom resultado do isolamento, de alguma forma, trabalha contra ele mesmo. Digo isso no sentido de que, nesses últimos 30, 40 dias, em que a grande maioria dos municípios do Estado adotou medidas mais rígidas de isolamento, foi-se criando ao longo do tempo, fruto do seu bom resultado, uma sensação de que as coisas estão tranquilas. Isso faz com que as pessoas tenham a tendência de achar que dá, de alguma forma, para começar a ter uma normalidade ou voltar à normalidade sem se ater claramente aos dados. Nesse sentido, secretário, a maior transparência, uma informação clara, um direcionamento desse plano é fundamental para que não haja contradição, sobretudo com a dificuldade que a gente tem de falta de condução no País, de uma política clara de combate à pandemia. E, sabendo da dificuldade com que cada município, cada prefeito e prefeita vêm enfrentando essa ação, assim como a doutora, na sua conclusão, afirmou, essa proposta é positiva, mas traz aqui preocupações significativas.

E aí eu trago, Dra. Cristina, uma pergunta para V. Exa., a partir de uma reflexão e de dados do próprio Ministério da Saúde. Ouvindo o secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Wanderson de Oliveira, que permaneceu no ministério e fez parte da equipe do ex-ministro Mandetta, ele falava de uma avaliação de que estamos na 18ª semana epidemiológica no País. O período de maior incidência de vírus de problemas respiratórios no País, historicamente, acontece entre a 20ª, a 22ª e a 27ª semanas, ou seja, nós não

chegamos ainda a esse pico. Na verdade, às vezes, se antecipa; às vezes, se prolonga esse prazo. O que a senhora, dentro da equipe de estudo, tem avaliado quanto a esses dados dos problemas epidemiológicos na área de problemas respiratórios no País? Porque, haja vista esses dados que ele apresentou, baseado no que tem acontecido no mundo, se repetirmos o que tem acontecido em vários países, estamos prestes a chegar a esse pico. Da mesma forma, ele afirmou que, se o coronavírus seguir o padrão da doença, como tem acontecido nos outros países, nós podemos chegar a ter o pior mês de maio da nossa história. Haja vista dados que nós levantamos – e é público isso: o Brasil levou 40 dias para ter mil óbitos; em seguida, passou a 7 mil; logo em seguida, a 5 mil; e, hoje, nós estamos com mais mil óbitos a cada três dias; seja pelos dados epidemiológicos, seja pelos dados dos óbitos, seja pelas informações que o Ministério está passando e que, da mesma forma, V. Exas. aqui muito bem apresentaram, como, secretário, esses dados da UFMG e esse grupo de estudo podem, de fato, contribuir para que a gente possa ter, dentro desse plano, mais eficiência, mais agilidade, uma orientação mais eficaz junto às prefeituras que, no dia a dia, estão enfrentando isso nos municípios?

Por fim, presidente, trago algumas perguntas dos deputados. O deputado Doutor Jean Freire apresentou um requerimento, secretário, a V. Exa. e pede informações dos projetos e programas do governo relacionados aos hospitais de campanha. Ele cita, por exemplo, nesse requerimento, um hospital particular de Vespasiano, localizado na MG-424 – foi dada notícia –, e pergunta se a secretaria tem alguma ação nesse sentido, se pretende fazer alguma ação nesse hospital. Na última ida de V. Exa. à Assembleia, nós havíamos perguntado – sobre a mesma situação e sobre esse mesmo investimento – a respeito de um hospital na cidade de Santa Rita do Sapucaí, o Hospital Maria Thereza Rennó.

E pergunto a V. Exa., secretário – se a Profa. Dra. Cristina puder, favor completar com a sua avaliação também –, sobre as ações regionalizadas. É importante pensar que nós temos a região da Zona da Mata, próxima ao Rio de Janeiro; nós temos a região do Triângulo Mineiro, do Sudoeste de Minas e do Sul de Minas muito próximas a São Paulo, por exemplo – essas regiões estão mais próximas ao epicentro de São Paulo ou à região do Rio de Janeiro, onde já se tem um índice avançado. Quais ações mais imediatas ou diferenciadas têm sido pensadas para essas cidades e regiões limítrofes, sobretudo próximas a São Paulo, o que muito nos preocupa? V. Exa. tem algum estudo, alguma ação prevista para essas regiões?

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes, líder da Minoria. Vamos ouvir, então, o secretário e, em seguida, a professora. Por favor, secretário.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado Ulysses Gomes, obrigado pela pergunta. Em relação a o resultado das nossas medidas trabalhar contra, esse é o maior dilema que nós temos. Na verdade, nós fazemos de tudo para ter um baixo nível de pessoas infectadas, e, quando nós começamos a ter isso, efetivamente as pessoas se sentem mais seguras e vão mais para a rua. Então, começamos realmente a ter dificuldades. Eu acho que esse equilíbrio é uma meta, é um objetivo, mas é difícil nós sabermos exatamente qual seria o ponto dele – eu não vejo isso com muita clareza. A gente vai medindo dia a dia, tentando ter dados, mas não é simples, não me parece que seja simples em nenhum lugar do mundo.

Quando o senhor fala a respeito do que o Wanderson falou, das semanas epidemiológicas, de nós termos outras doenças circulando, eu acho que isso é muito importante, porque nós temos, sim, o H1N1, vários outros vírus respiratórios, o sarampo, a própria dengue. Felizmente, a dengue deste ano está com um comportamento consideravelmente menor do que foi no ano passado, e, para nós, isso foi uma coisa muito boa. E eu tenho uma notícia boa para trazer ao senhor: na campanha de vacinação para H1N1 que nós fizemos, na primeira fase, que era voltada para idosos e para trabalhadores da Saúde, nós tínhamos uma meta de vacinar 90%, e, em relação a essa meta, nos idosos, nós fomos a 110% e, em relação aos trabalhadores de saúde, nós fomos a 102%, ou seja, nós tivemos uma vacinação muito boa, com uma participação da sociedade muito boa.

Em relação aos hospitais de campanha, existe esse hospital da região central. Aqui há um adensamento, uma aglomeração muito grande de pessoas, então, haver um hospital de campanha nessa região, no sentido de ser um hospital específico e montado para tal, parece-me muito pertinente. Já por outro lado, eu volto a reforçar: em Minas Gerais, nós temos um grupo grande de hospitais

espalhados por todo o Estado, e esse grupo de hospitais de menor porte, no somatório global de leitos clínicos, somam 11.622 leitos clínicos. A ocupação histórica deles é em torno de 30%. Como nós fizemos o remanejamento e jogamos um pouco mais de leitos clínicos, de pacientes clínicos, para esses hospitais, para poder também liberar vagas para nós montarmos leitos de CTI, hoje nós temos em torno de 55% a 60% de ocupação, ou seja, nós temos praticamente de 4.000 a 4.500 leitos livres para receber pacientes ainda. Então, é muito difícil nós pensarmos que precisaríamos abrir hospital de campanha neste momento. Para nós, montarmos hospitais de campanha, com esse número de leitos que temos, seria um custo gigantesco, porque nós já temos leitos. Então, a opção nossa foi, de uma forma geral, regular a rede, estruturá-la, porque nós temos leitos prontos para operar. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Agora, com a palavra, a Profa. Cristina Alvim.

A Sra. Cristina Alvim – Obrigada, deputado, pela pergunta. Ouvindo o senhor eu fiquei pensando sobre a expectativa ao redor dessa pergunta. Quando será o nosso pico? Eu concordo com o que o secretário colocou que quanto mais tardio, melhor. Isso significa que nós estamos agindo adequadamente. Fico pensando que a expectativa pode ser um pouco assim: “Quando vai ser essa data para que chegue logo, e a gente passe por isso e volte à normalidade?”. Infelizmente, o que a gente tem observado ao redor do mundo – inclusive nos países que já passaram por um pico e estão se reestruturando – é que não será bem assim. A gente vai estar sempre trabalhando com esse monitoramento e com a construção de projeções para avaliar se as medidas que nós estamos fazendo estão adequadas ou se precisam ser ajustadas para que esse pico seja sempre adiado. E esse adiamento – como foi dito pelo secretário – é importante para que ganhemos tempo para estruturação dos serviços, mas que a gente não trabalhe com a expectativa de estruturar para o esgotamento, para ultrapassar o número da capacidade, porque não basta haver respiradores, não basta haver leitos. Se houver um pico exagerado vai faltar profissional de saúde. Pode haver os leitos e os respiradores, mas não vai haver profissionais para fazer o cuidado desses pacientes.

Então, a nossa expectativa é de fazer projeções para adiar cada vez mais esse pico para que a infecção, a pandemia, ocorra de maneira lenta, e por isso a gente precisa se reestruturar com base em novos conhecimentos que estão sendo construídos em tempo real. Por isso a gente lida com um cenário de grande incerteza. A ciência é muito importante nesse momento em que a gente lida com a incerteza e com vidas humanas. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, Profa. Cristina Alvim. Passamos agora para as considerações finais. Com a palavra, o deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde da Casa.

O deputado Carlos Pimenta – Sr. Presidente, deputado Agostinho Patrus, eu vou ser bem objetivo. Primeiro eu queria relatar o questionamento do deputado Bosco, que nos fala que na sua cidade de Araxá existe uma UTI neonatal já montada que pode ser transformada numa UTI infantil. Já há todos os equipamentos, secretário, precisando apenas colocá-la em funcionamento.

O outro questionamento é do deputado Noraldino, que fala sobre a dispensação de medicamentos pela farmácia do Estado – e sobre isso o senhor já explicou. Mas ele solicita a realização dos testes, de exames dos servidores do meio ambiente. Fica então a solicitação do deputado Noraldino.

Eu queria cumprimentar o deputado Gil Pereira que está presente, da nossa cidade de Montes Claros, e o deputado Tadeuzinho, presente também. Já cumprimentei os outros. Aproveitando a presença deles, presidente, nós reforçamos, secretário, a necessidade do envio dos testes para a cidade de Montes Claros. Já era para terem chegado desde o dia 4 de abril e parece que a data vai ser essa semana. Fica essa solicitação e também dos insumos para o Hospital Universitário, que está preparadinho, prontinho para fazer os exames. Há mais de quatro mil casos suspeitos em todo o Norte de Minas que não precisam ser encaminhados para Belo Horizonte.

Agradeço ao senhor a boa vontade, como sempre, de estar presente, cumprimentando de público pela eficiência do senhor e da sua equipe na condução dos problemas relacionados com a Covid. Eu espero que o senhor possa ter a mesma disposição e saúde, porque não é brincadeira; principalmente nós, médicos, que estamos sujeitos a nos contaminarmos a qualquer momento. Hoje mesmo

na volta para Montes Claros, meu presidente, ainda vou passar no hospital de Bocaiuva. Aproveitando esse hospital como exemplo, existem aqueles hospitais que hoje têm o equipamento de CTI – com respiradores e tudo –, mas há muitos outros hospitais de cidades-polo importantes que estão incluídos dentro do sistema para baixa e média complexidade. Esses hospitais devem estar absolutamente preparados para o que der e vier, porque nesses próximos 30 dias nós vamos ver o aumento dos casos em Minas Gerais. Espero que esteja sob controle, nós vamos rezar para que esteja sob controle, para que Minas continue dando esse exemplo à Nação brasileira, preocupando-se efetivamente com a saúde do nosso povo, sem essa briga que a gente está vendo lá em Brasília. Quando deveriam deixar o coitado do presidente trabalhar pelo povo brasileiro, a gente está vendo várias instituições pedindo intempestivamente o impeachment do Bolsonaro. Nós somos contra, nós queremos que o foco seja a Covid.

Termino, presidente, chamando atenção para os testes rápidos que estão disponibilizados nas farmácias – isso é um perigo. Teste rápido não diagnostica se a pessoa está com a Covid se ela está com algum sintoma recente. Só aquelas pessoas que já estão com sintomas há mais tempo é que vão ser detectadas pelos testes rápidos, que são o IgM e IgG. Se a pessoa quer saber se está com a doença, deve fazer o PCR. Então, isso vai criar uma falsa segurança para a população e vai agravar – escute o que eu estou falando – os casos do Brasil todo. Porque se a pessoa vai à farmácia, paga R\$150,00 para fazer um teste desse – é caro – e dá negativo, ela pensa: “Agora eu estou bem, está tudo bem, não tenho nada, não há problema nenhum”. Ela baixa a guarda, não se preocupa, e vai ser fonte contaminadora de grande parcela da população.

Para terminar, presidente e secretário, eu acho que a secretaria devia baixar uma deliberação normativa para que as farmácias só façam os testes rápidos mediante atestado médico, seja da rede pública, seja da rede privada ou da rede conveniada. Porque o médico, sim, pode avaliar quanto tempo a pessoa está com sintomas, e pode pedir para que ela faça o teste rápido. Se a pessoa apresentou sintoma de ontem para hoje não tem que fazer o teste rápido; certamente o exame vai dar um falso negativo. Então, fica a sugestão para que a secretaria, de uma forma ou de outra, encontre a maneira de fazer com que as farmácias só façam os testes rápidos, mesmo que pagando, se for com atestado médico.

Muito obrigado, secretário; obrigado, Dra. Cristina. Parabéns mais uma vez, presidente Agostinho Patrus, por esse ato de cidadania que a Assembleia traz ao povo de Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Agradeço também a todos os membros da Comissão de Saúde pelo importante trabalho. Vamos passar, então, ao secretário Carlos Eduardo para resposta às duas indagações e a suas considerações finais. Em seguida, passamos à Profa. Cristina Alvim.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Deputado, obrigado pelas perguntas. São uma boa ideia os testes rápidos – vou levá-la para a equipe para analisarmos – a fim de que a população tenha uma noção exata. Muitas vezes, tenho visto, sim, uma confusão muito grande sobre o papel do teste, para o que ele serve, o que ele traz de informações. Nós, que somos médicos, entendemos muito bem que fazer exame, na verdade, é uma pergunta para a qual queremos uma resposta. Então, quando não se sabe direito a resposta que se quer, é complexo fazer a pergunta. Então, acho que essa ideia do teste rápido é real.

Queria aqui, caminhando para as minhas últimas palavras, passar para todos o que é o normal. Queremos voltar a nossa vida normal. O que me parece é que não existe mais aquele normal que era a nossa vida enquanto sociedade, enquanto indivíduo na passagem do ano de 2019 para 2020. A partir de agora, temos uma mudança de vida coletiva, uma mudança de vida individual, em que aquele padrão de normalidade não existe mais. Então, vamos ter de entender uma nova normalidade, que vai nos trazer restrições, um novo direcionamento da vida e, às vezes, também até novas oportunidades de crescer e se desenvolver enquanto pessoa, enquanto sociedade.

Então, é importante todos terem a noção de que as coisas mudaram e não existe mais aquele normal que existia antigamente. Acho que a primeira coisa é que o normal de hoje é o de mantermos um distanciamento, mantermos um cuidado

importante com a Covid e também o uso de máscara, gel, ou seja, esse é o novo normal, pelo menos neste momento. O mais próximo do que era é se fizermos isso.

Temos de lembrar que nunca é pouco reforçar: é necessário manter os cuidados de distanciamento, de proteção; o uso de máscara deve ser o máximo possível. Nós a usamos tanto para evitar que alguém contamine o outro quanto para evitar de ser contaminado, mas, muito mais, para evitar de contaminar o ambiente. Temos de lembrar que pessoas sem sintomas podem ser portadoras do vírus, contaminar o ambiente, e alguém vir a pegar a doença.

Por outro lado também, temos essa ideia de economia e saúde, como falei lá no início. A economia é um dos determinantes da saúde, é indissociável, não há como separar uma coisa da outra. Temos já estudos de comportamento, de psicologia social em que vemos que há dois tipos de relação da sociedade com as pandemias. Uma é aquela como o que foi feito em Minas: atitudes precoces em que evitamos que tenhamos um acometimento muito grande da sociedade. Esse tipo de atitude precoce traz um trauma coletivo. As pessoas ficam, sim, inseguras, e esse trauma coletivo vai trazer alguma repercussão econômica, inclusive no longo prazo. Já, por outro lado, quando atrasamos demais as medidas, o que não foi feito em Minas, e esperamos que não venhamos a ter isso, e há a necessidade de um fechamento completo do Estado ou do município, com muitas mortes, esse trauma coletivo é muito maior. Há vários estudos que mostram que a recuperação econômica nesse último é muito mais lenta.

Então, esse equilíbrio entre acertar os momentos e acertar as medidas é o que para nós, enquanto gestores, é o mais difícil. Acho que é todo o trabalho que buscamos.

Gostaria de concluir, reforçando que mantemos as atividades no que tange às atividades essenciais. Isso é orientação do Estado. Fizemos protocolos para que essas atividades sejam o mais orientadas e o mais equilibradas possível e nunca devemos deixar de usar máscara, de manter o distanciamento, de lavar as mãos com o máximo de frequência, ou seja, todos aqueles cuidados que precisamos ter para diminuir o risco de contaminação.

Muito obrigado. Gostaria de agradecer aqui ao deputado Carlos Pimenta, ao deputado Agostinho Patrus, aos demais deputados a possibilidade de vir, trazer mais informações e esclarecer a sociedade como um todo. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário, pela disponibilidade, pela presença e pela possibilidade de estar aqui conosco.

Vamos ouvir, agora, a Profa. Dra. Cristina Alvim, para suas considerações finais.

A Sra. Cristina Alvim – Gostaria de agradecer ao presidente, deputado Agostinho Patrus, o convite para estar aqui representando a nossa UFMG. Agradeço ao secretário, ao deputado Carlos Pimenta, aos demais deputados o riquíssimo debate e por estarmos aqui participando deste momento. A universidade considera que é nossa missão estarmos a serviço da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a serviço da nossa sociedade, em especial neste momento, que demanda de todos nós uma atitude de muita solidariedade. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, professora.

Tendo em vista o protocolo de intenções assinado por esta Casa e a Universidade Federal de Minas Gerais para cooperação técnica entre as duas instituições no monitoramento, na prevenção e no enfrentamento da epidemia causada pelo coronavírus, a TV Assembleia transmitirá hoje, a partir das 13h30min – quero convidar a todos, não só aos parlamentares, mas a todos aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia –, o Web Simpósio “A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: reflexões e contribuições da UFMG”. O evento, que é promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, reunirá especialistas de diferentes áreas do conhecimento em dois momentos, em duas mesas redondas virtuais, para debater a importância e os desafios do isolamento social, além da situação da pandemia em Belo Horizonte, em Minas Gerais, as projeções e também as subnotificações da transmissão da Covid-19. Portanto, a partir das 13h30min, teremos a abertura com a reitora, Profa. Sandra Goulart Almeida; em seguida, falando sobre o vírus especificamente, Flávio da Fonseca, do Instituto de Ciências Biológicas; depois, “Evidências científicas sobre isolamento social e a realidade de Belo Horizonte”, com o médico, doutor e professor Unai Tupinambás; em seguida, “Organização do

sistema de saúde em Minas Gerais e em Belo Horizonte”, com o Alexandre Ferreira, do Hospital das Clínicas; depois, “Os desafios do isolamento social na Covid-19”, em que participam especialistas nas áreas sociais e psíquicas, com Cláudia Mayorga; na área econômica, Hugo Cerqueira; na área educacional, Benigna Oliveira; e, nas relações internacionais, Dawisson Belém.

Também, em seguida, teremos uma nova abertura, às 16h, pelo pró-reitor de pesquisa da UFMG, Mário Campos; em seguida, uma análise da curva de acompanhamento e projeção da pandemia do Covid em Belo Horizonte, com Ricardo Takahashi, do Instituto de Ciências Exatas. Depois, “Evolução da transmissão do coronavírus em estados e capitais brasileiras: um comparativo entre elas”, com Flávio Figueiredo. E, para finalizar, “A estimativa da subnotificação da Covid-19”, com Leonardo Costa Ribeiro; e “As hospitalizações: falando um pouco da previsão da necessidade e capacidade instalada”, com a professora Mônica Viegas.

Vai ser um momento importante de esclarecimento da população, dos parlamentares, de troca de experiência e que a TV Assembleia faz questão de transmitir ao vivo para o esclarecimento não só da população, mas também para que sirva de parâmetro de informação aos gestores municipais, aos prefeitos, aos vice-prefeitos, aos vereadores, que também têm pela frente decisões importantes a respeito desta pandemia, do isolamento e das questões econômicas.

A presidência agradece, mais uma vez, a presença da Profa. Cristina Alvim; do secretário de Estado, mais uma vez aqui presente, Dr. Carlos Eduardo Amaral; do deputado Carlos Pimenta, brilhante presidente da Comissão de Saúde; e dos demais parlamentares pela participação por via remota – chegamos a quase 70 deputados participando por essa modalidade

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 30, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 21/3/2020, reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 6 de maio de 2020, destinada a obter informações do diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e da secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais sobre a gestão e atuação desses órgãos no combate à pandemia de covid-19.

Palácio da Inconfidência, 5 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE OS OFÍCIOS N°S 105 A 157/2020

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio dos Ofícios n°s 105/2020 a 157/2020, os prefeitos dos Municípios de Aimorés, Alto Jequitibá, Barroso, Betim, Borda da Mata, Brasilândia de Minas, Brasília de Minas, Brumadinho, Caldas, Campo Florido, Canaã, Capim Branco, Carneirinho, Catas Altas da Noruega, Catuji, Conceição dos Ouros, Confins, Congonhas, Coqueiral, Crucilândia, Cruzília, Curvelo, Divinésia,

Divino, Dom Viçoso, Dolores de Campos, Engenheiro Navarro, Fronteira, Grupiara, Guaraciaba, Inhaúma, Itacarambi, Itamogi, Iturama, Itutinga, Jeceaba, Lagoa Dourada, Medina, Mutum, Nepomuceno, Ouro Branco, Pains, Passa Tempo, Patos de Minas, Planura, Poços de Caldas, Porteirinha, Rio Doce, Santa Rita do Sapucaí, São José do Jacuri, São Romão, Tarumirim e Ubá submetem à apreciação desta Assembleia, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, decretos que declaram estado de calamidade pública nos respectivos municípios, em razão da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

Publicados no *Diário do Legislativo* de 5/5/2020, e aferido seu caráter urgente pelo Colégio de Líderes, nos termos do item 2.1 do Acordo de Líderes aprovado por Decisão da Mesa de 20/3/2020, vão os ofícios à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para sobre eles emitir parecer, o qual, nos termos do art. 194 do Regimento Interno, concluirá por projeto de resolução, em caso de reconhecimento do estado de calamidade pública.

Fundamentação

Os prefeitos dos citados municípios submeteram à apreciação do Parlamento Mineiro os atos normativos que declaram estado de calamidade pública nos respectivos municípios, em razão da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

Cabe esclarecer que a apreciação da Assembleia Legislativa está restrita à finalidade disposta no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Com o reconhecimento da situação de calamidade pública por parte desta Casa Legislativa, ficam suspensas as contagens dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23, 31 e 70 da LRF, e são dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º da LRF. Nos termos do art. 65 da LRF, esses são os únicos efeitos que demandam o reconhecimento da ocorrência da situação de calamidade pública por parte do Parlamento Mineiro.

Diante do cenário instaurado em razão da infecção humana pelo coronavírus causador da Covid-19, declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS –, e do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, é necessário que sejam adotados, para o enfrentamento da pandemia, novos parâmetros relativos às finanças públicas, especialmente quanto aos gastos com ações de saúde. Os graves impactos de ordem social e econômica impõem aos municípios a adoção de medidas de caráter emergencial pelos gestores públicos, e os parâmetros para respaldá-las encontram-se dispostos no art. 65 da LRF.

O Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, em seu art. 2º, inciso IV, conceitua calamidade pública como uma “situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido”.

Não restam dúvidas, em vista do panorama mundial, de que há razões suficientes para o reconhecimento da pandemia de Covid-19 como uma situação anormal, passível de ser considerada como estado de calamidade pública.

O Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20/3/2020, já reconheceu em âmbito federal a situação da pandemia como calamidade pública.

O Estado de Minas Gerais foi afetado pela pandemia, com crescimento diário do número de infectados, e, por meio da Resolução nº 5.529, de 31 de março de 2020, esta Casa reconheceu a situação de calamidade na esfera estadual, ratificando o decreto do governador.

Saliente-se que o Ministério da Saúde já reconheceu a ocorrência da transmissão comunitária do coronavírus causador da Covid-19 em todo o território nacional, o que possibilita um crescimento exponencial da doença.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Saúde, em seu “Informe Epidemiológico Coronavírus” de 4/5/2020, registra 2.347 casos confirmados de Covid-19 e 90 óbitos causados pela doença até esta data, sendo que o Município de Betim – que concentra parte significativa da atividade industrial do Estado e, portanto, sofre de maneira mais aguda os impactos econômicos

causados pela pandemia –, tem 18 casos confirmados e 1 óbito. Cabe destacar, ainda, os Municípios de Poços de Caldas, com 19 casos e 2 óbitos, e Patos de Minas, com 16 casos e 1 óbito.

Diante do cenário em que os citados municípios se encontram, tanto no aspecto de saúde pública como nos aspectos econômico e social, parece-nos indispensável o reconhecimento do estado de calamidade pública. Tal reconhecimento por parte desta Casa permitirá a eles alocar maior volume de recursos para o enfrentamento da crise.

Vale lembrar que, de acordo com o art. 65 da LRF, enquanto perdurar a situação de calamidade, serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições referentes à recondução: a) da despesa total com pessoal aos limites percentuais da RCL estabelecida na LRF para cada Poder ou órgão (arts. 23 e 70); e b) da dívida consolidada aos seus limites (art. 31). Além disso, o município será dispensado do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho prevista no art. 9º da LRF.

Sob o ponto de vista formal, o reconhecimento do estado de calamidade pelo Parlamento Mineiro é matéria que deve se dar por meio da aprovação de projeto de resolução, uma vez que este é a proposição destinada a regular matéria de competência privativa da Assembleia legislativa, conforme dispõe o art. 194 do Regimento Interno desta Casa.

Por fim, tendo em vista o princípio da eficiência, da economia e da celeridade processual e da urgência das ações que a situação demanda, apresentamos, ao final do parecer, projeto de resolução reconhecendo o estado de calamidade pública dos municípios citados no relatório, que, atingidos pelos efeitos nefastos da pandemia, declararam estado de calamidade pública em seus territórios.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pelo reconhecimento do estado de calamidade pública nos municípios relacionados no relatório deste parecer, por meio do projeto de resolução a seguir apresentado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ... /2020

Reconhece o estado de calamidade pública nos municípios que menciona, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública nos seguintes municípios, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, pelo prazo de cento e vinte dias contados da data da entrada em vigor, em cada município, do estado de calamidade pública, nos termos do respectivo ato normativo municipal:

- I – Aimorés, nos termos do Decreto Municipal nº 15, de 22 de abril de 2020;
- II – Alto Jequitibá, nos termos do Decreto Municipal nº 1.923, de 21 de março de 2020;
- III – Barroso, nos termos do Decreto Municipal nº 4.100, de 9 de abril de 2020;
- IV – Betim, nos termos do Decreto Municipal nº 42.082, de 17 de abril de 2020;
- V – Borda da Mata, nos termos do Decreto Municipal nº 4.284, de 17 de abril de 2020;
- VI – Brasilândia de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 29, de 24 de março de 2020;
- VII – Brasília de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 3.656, de 4 de maio de 2020;
- VIII – Brumadinho, nos termos do Decreto Municipal nº 53, de 27 de março de 2020;
- IX – Caldas, nos termos do Decreto Municipal nº 1.543, de 20 de março de 2020;

- X – Campo Florido, nos termos do Decreto Municipal nº 23, de 23 de março de 2020;
- XI – Canaã, nos termos do Decreto Municipal nº 9, de 7 de abril de 2020;
- XII – Capim Branco, nos termos do Decreto Municipal nº 2.148, de 30 de março de 2020;
- XIII – Carneirinho, nos termos da Lei Municipal nº 1.550, de 26 de março de 2020;
- XIV – Catas Altas da Noruega, nos termos do Decreto Municipal nº 9, de 23 de março de 2020;
- XV – Catuji, nos termos do Decreto Municipal nº 1.268, de 24 de março de 2020;
- XVI – Conceição dos Ouros, nos termos do Decreto Municipal nº 2.087, de 2 de abril de 2020;
- XVII – Confins, nos termos do Decreto Municipal nº 1.034, de 23 de março de 2020;
- XVIII – Congonhas, nos termos do Decreto Municipal nº 6.949, de 13 de abril de 2020;
- XIX – Coqueiral, nos termos do Decreto Municipal nº 2.415, de 6 de abril de 2020;
- XX – Crucilândia, nos termos do Decreto Municipal nº 25, de 8 de abril de 2020;
- XXI – Cruzília, nos termos do Decreto Municipal nº 2.321, de 3 de abril de 2020;
- XXII – Curvelo, nos termos do Decreto Municipal nº 4.070, de 16 de abril de 2020;
- XXIII – Divinésia, nos termos do Decreto Municipal nº 69, de 27 de abril de 2020;
- XXIV – Divino, nos termos do Decreto Municipal nº 358, de 19 de março de 2020;
- XXV – Dom Viçoso, nos termos do Decreto Municipal nº 389, de 17 de março de 2020;
- XXVI – Dolores de Campos, nos termos do Decreto Municipal nº 33, de 8 de abril de 2020;
- XXVII – Engenheiro Navarro, nos termos do Decreto Municipal nº 1.212, de 31 de março de 2020;
- XXVIII – Fronteira, nos termos do Decreto Municipal nº 5.342, de 2 de abril de 2020;
- XXIX – Grupiara, nos termos do Decreto Municipal nº 35, de 30 de março de 2020;
- XXX – Guaraciaba, nos termos do Decreto Municipal nº 34, de 7 de abril de 2020;
- XXXI – Inhaúma, nos termos do Decreto Municipal nº 8, de 23 de março de 2020;
- XXXII – Itacarambi, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 17 de março de 2020;
- XXXIII – Itamogi, nos termos do Decreto Municipal nº 23, de 22 de março de 2020;
- XXXIV – Iturama, nos termos do Decreto Municipal nº 7.567, de 23 de março de 2020;
- XXXV – Itutinga, nos termos do Decreto Municipal nº 4.695, de 7 de abril de 2020;
- XXXVI – Jeceaba, nos termos do Decreto Municipal nº 255, de 7 de abril de 2020;
- XXXVII – Lagoa Dourada, nos termos do Decreto Municipal nº 4, de 7 de abril de 2020;
- XXXVIII – Medina, nos termos do Decreto Municipal nº 26, de 30 de março de 2020;
- XXXIX – Mutum, nos termos do Decreto Municipal nº 5.809, de 13 de abril de 2020;
- XL – Nepomuceno, nos termos do Decreto Municipal nº 1.273, de 2 de abril de 2020;
- XLI – Ouro Branco, nos termos do Decreto Municipal nº 9.683, de 8 de abril de 2020;
- XLII – Pains, nos termos do Decreto Municipal nº 41, de 8 de abril de 2020;
- XLIII – Passa Tempo, nos termos do Decreto Municipal nº 23, de 2 de abril de 2020;
- XLIV – Patos de Minas, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 625, de 28 de abril de 2020;

- XLV – Planura, nos termos do Decreto Municipal nº 51, de 16 de abril de 2020;
- XLVI – Poços de Caldas, nos termos do Decreto Municipal nº 13.286, de 21 de março de 2020;
- XLVII – Porteirinha, nos termos do Decreto Municipal nº 1.416, de 23 de março de 2020;
- XLVIII – Rio Doce, nos termos do Decreto Municipal nº 1.858, de 31 de março de 2020;
- XLIX – Santa Rita do Sapucaí, nos termos do Decreto Municipal nº 13.601, de 8 de abril de 2020;
- L – São José do Jacuri, nos termos do Decreto Municipal nº 14, de 23 de março de 2020;
- LI – São Romão, nos termos do Decreto Municipal nº 15, de 22 de abril de 2020;
- LII – Tarumirim, nos termos do Decreto Municipal nº 744, de 2 de abril de 2020;
- LIII – Ubá, nos termos do Decreto Municipal nº 6.382, de 29 de abril de 2020.

Parágrafo único – O reconhecimento previsto no *caput* poderá ser prorrogado pela Assembleia Legislativa enquanto durarem os efeitos da pandemia de Covid-19 no município.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de abril de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – , relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93/2020

Reconhece o estado de calamidade pública nos municípios que menciona, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o estado de calamidade pública nos seguintes municípios, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, pelo prazo de cento e vinte dias contados da data da entrada em vigor, em cada município, do estado de calamidade pública, nos termos do respectivo ato normativo municipal:

- I – Aimorés, nos termos do Decreto Municipal nº 15, de 22 de abril de 2020;
- II – Alto Jequitibá, nos termos do Decreto Municipal nº 1.923, de 21 de março de 2020;
- III – Barroso, nos termos do Decreto Municipal nº 4.100, de 9 de abril de 2020;
- IV – Betim, nos termos do Decreto Municipal nº 42.082, de 17 de abril de 2020;
- V – Borda da Mata, nos termos do Decreto Municipal nº 4.284, de 17 de abril de 2020;
- VI – Brasilândia de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 29, de 24 de março de 2020;
- VII – Brasília de Minas, nos termos do Decreto Municipal nº 3.656, de 4 de maio de 2020;
- VIII – Brumadinho, nos termos do Decreto Municipal nº 53, de 27 de março de 2020;
- IX – Caldas, nos termos do Decreto Municipal nº 1.543, de 20 de março de 2020;
- X – Campo Florido, nos termos do Decreto Municipal nº 23, de 23 de março de 2020;
- XI – Canaã, nos termos do Decreto Municipal nº 9, de 7 de abril de 2020;
- XII – Capim Branco, nos termos do Decreto Municipal nº 2.148, de 30 de março de 2020;
- XIII – Carneirinho, nos termos da Lei Municipal nº 1.550, de 26 de março de 2020;

- XIV – Catas Altas da Noruega, nos termos do Decreto Municipal nº 9, de 23 de março de 2020;
- XV – Catuji, nos termos do Decreto Municipal nº 1.268, de 24 de março de 2020;
- XVI – Conceição dos Ouros, nos termos do Decreto Municipal nº 2.087, de 2 de abril de 2020;
- XVII – Confins, nos termos do Decreto Municipal nº 1.034, de 23 de março de 2020;
- XVIII – Congonhas, nos termos do Decreto Municipal nº 6.949, de 13 de abril de 2020;
- XIX – Coqueiral, nos termos do Decreto Municipal nº 2.415, de 6 de abril de 2020;
- XX – Crucilândia, nos termos do Decreto Municipal nº 25, de 8 de abril de 2020;
- XXI – Cruzília, nos termos do Decreto Municipal nº 2.321, de 3 de abril de 2020;
- XXII – Curvelo, nos termos do Decreto Municipal nº 4.070, de 16 de abril de 2020;
- XXIII – Divinésia, nos termos do Decreto Municipal nº 69, de 27 de abril de 2020;
- XXIV – Divino, nos termos do Decreto Municipal nº 358, de 19 de março de 2020;
- XXV – Dom Viçoso, nos termos do Decreto Municipal nº 389, de 17 de março de 2020;
- XXVI – Dolores de Campos, nos termos do Decreto Municipal nº 33, de 8 de abril de 2020;
- XXVII – Engenheiro Navarro, nos termos do Decreto Municipal nº 1.212, de 31 de março de 2020;
- XXVIII – Fronteira, nos termos do Decreto Municipal nº 5.342, de 2 de abril de 2020;
- XXIX – Grupiara, nos termos do Decreto Municipal nº 35, de 30 de março de 2020;
- XXX – Guaraciaba, nos termos do Decreto Municipal nº 34, de 7 de abril de 2020;
- XXXI – Inhaúma, nos termos do Decreto Municipal nº 8, de 23 de março de 2020;
- XXXII – Itacarambi, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 17 de março de 2020;
- XXXIII – Itamogi, nos termos do Decreto Municipal nº 23, de 22 de março de 2020;
- XXXIV – Iturama, nos termos do Decreto Municipal nº 7.567, de 23 de março de 2020;
- XXXV – Itutinga, nos termos do Decreto Municipal nº 4.695, de 7 de abril de 2020;
- XXXVI – Jeceaba, nos termos do Decreto Municipal nº 255, de 7 de abril de 2020;
- XXXVII – Lagoa Dourada, nos termos do Decreto Municipal nº 4, de 7 de abril de 2020;
- XXXVIII – Medina, nos termos do Decreto Municipal nº 26, de 30 de março de 2020;
- XXXIX – Mutum, nos termos do Decreto Municipal nº 5.809, de 13 de abril de 2020;
- XL – Nepomuceno, nos termos do Decreto Municipal nº 1.273, de 2 de abril de 2020;
- XLI – Ouro Branco, nos termos do Decreto Municipal nº 9.683, de 8 de abril de 2020;
- XLII – Pains, nos termos do Decreto Municipal nº 41, de 8 de abril de 2020;
- XLIII – Passa Tempo, nos termos do Decreto Municipal nº 23, de 2 de abril de 2020;
- XLIV – Patos de Minas, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 625, de 28 de abril de 2020;
- XLV – Planura, nos termos do Decreto Municipal nº 51, de 16 de abril de 2020;
- XLVI – Poços de Caldas, nos termos do Decreto Municipal nº 13.286, de 21 de março de 2020;
- XLVII – Porteirinha, nos termos do Decreto Municipal nº 1.416, de 23 de março de 2020;
- XLVIII – Rio Doce, nos termos do Decreto Municipal nº 1.858, de 31 de março de 2020;

XLIX – Santa Rita do Sapucaí, nos termos do Decreto Municipal nº 13.601, de 8 de abril de 2020;

L – São José do Jacuri, nos termos do Decreto Municipal nº 14, de 23 de março de 2020;

LI – São Romão, nos termos do Decreto Municipal nº 15, de 22 de abril de 2020;

LII – Tarumirim, nos termos do Decreto Municipal nº 744, de 2 de abril de 2020;

LIII – Ubá, nos termos do Decreto Municipal nº 6.382, de 29 de abril de 2020.

Parágrafo único – O reconhecimento previsto no caput poderá ser prorrogado pela Assembleia Legislativa enquanto durarem os efeitos da pandemia de Covid-19 no município.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de maio de 2020.

Mesa da Assembleia

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no Diário do Legislativo do dia 21/3/2020.

REQUERIMENTOS

Nº 5.505/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais –CES-MG – e a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG – façam parte do Comitê Extraordinário Covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.527/2020, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para o acompanhamento da reabertura de atividades pelo Município de Ibitité, a fim de preservar a saúde pública em geral e especialmente dos ibiritenses em face da pandemia causada pelo novo coronavírus, acompanhado de cópias do Decreto nº 6.417, de 27/4/2020, e do boletim epidemiológico. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.528/2020, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quais são as orientações ou intervenções relativas à autorização de funcionamento de clínicas de estética, salões de beleza e templos religiosos do Município de Ibitité, concedida por meio do Decreto nº 6.417, de 27 de abril de 2020, considerando-se que a orientação do governo do Estado é que a abertura de estabelecimentos atenda a alguns critérios e à coordenação de ações e que, nos estabelecimentos em questão, o risco é considerado elevado, como no caso das atividades desenvolvidas nos salões de beleza, o que leva a questionamentos sobre se a liberação em Ibitité, com número de casos maior que Ribeirão das Neves, não é temerária, se o Estado vai atuar e se essa atuação, em caso afirmativo, seria levada a termo por meio da vigilância sanitária ou por algum outro mecanismo. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.530/2020, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a subnotificação existente no Informe Epidemiológico Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde, uma vez que há grande discrepância entre os dados do referido documento e as informações disponibilizadas pelos municípios sobre o número de casos e óbitos causados pelo novo coronavírus. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à

Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.531/2020, do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja analisada a possibilidade de extensão do bolsa-merenda aos prestadores de serviço do transporte escolar da rede estadual, por estarem com as atividades paralisadas em decorrência da suspensão das aulas como medida de combate à pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.532/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre contratação de médicos cubanos, oriundos do Programa Mais Médicos, que permanecem residindo em Minas Gerais, para preencher as vagas temporárias abertas pela Secretaria de Saúde para atuar no combate à covid 19 nos hospitais da rede Fhemig. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.533/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam encaminhados com urgência a esta Casa os estudos técnicos e os dados que embasaram o programa Minas Consciente, que visa a flexibilizar o isolamento social no Estado determinado em razão da pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.536/2020, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que proceda à recuperação do trecho interditado na alça de acesso que liga a Rodovia BR-491 à Rodovia Fernão Dias no Município de Três Corações, o qual se encontra interditado há vários meses por riscos de desmoronamento e afundamento de pista, colocando em risco os usuários, bem como para que viabilize o acesso, especialmente dos serviços de transporte de pacientes, para as cidades de Varginha e Três Corações onde estão situados os maiores hospitais para o recebimento de pacientes com covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.541/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para disponibilizar aos estudantes outras opções para o recebimento do bolsa-merenda, além do aplicativo PagBank/PagSeguro, uma vez que este requer acesso à internet, e de aparelho *smartphone*, recursos que não estão disponíveis a todos os que atendem ao critério de extrema pobreza. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.542/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Conselho Monetário Nacional – CMN –, ao Ministério da Economia e ao Banco Central do Brasil – Bacen – pedido de providências para que, em decorrência do estado de calamidade pública advindo da pandemia de covid-19, os bancos públicos adotem providências com o objetivo de anistiar as dívidas relativas aos contratos de empréstimo e outros instrumentos congêneres firmados com os órgãos públicos e empreendedores privados da indústria, comércio e serviços, como acontece com os produtores rurais quando há grande perda de safra. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.544/2020, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a legitimação do *personal trainer* como profissional de saúde que atua na prevenção da covid-19,

considerando-se a importância do trabalho dos educadores físicos para a saúde e com o objetivo de que essa categoria retome sua rotina, respeitadas todas as normas de segurança em relação à prevenção do coronavírus. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.545/2020, do deputado João Vítor Xavier, em que requer que seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre a abertura de 1.900 covas nos cemitérios municipais, o porquê da adoção de tal medida e quais os dados ou estudos realizados para a definição desse número de sepulturas. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.547/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação das atividades das autoescolas do Estado, desde que adotem critérios necessários à proteção dos funcionários e alunos contra a covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.548/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à intensificação do patrulhamento noturno nas regiões comerciais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, haja vista o aumento de arrombamentos e furtos neste período de pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.549/2020, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário-geral do Estado, ao secretário de Estado de Saúde, ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e ao presidente do Conselho Estadual de Saúde pedido de informações sobre o acesso de todos os profissionais da Fhemig, de forma satisfatória e dentro dos regulamentos dos conselhos de classe, a equipamento de proteção individual – EPIs; os critérios utilizados para sua distribuição; a estratégia da Fhemig com relação aos profissionais de enfermagem que estão em grupos de risco, de acordo com os protocolos da OMC, e, se alguns estão sendo convocados ao trabalho, quais cuidados têm sido dispensados a esses profissionais; a assistência que está sendo dada aos trabalhadores da Fhemig que estão sendo alvo de agressões e preconceitos apenas por estarem à frente do combate à pandemia; e a assistência que está sendo dada às famílias dos profissionais que foram a óbito ou daqueles que estão infectados com o novo coronavírus. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.550/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de providências para que, considerando-se as orientações contidas no programa Minas Consciente, seja avaliada, em conjunto com o Município de Caxambu, a possibilidade de retomada do acesso à fonte externa do Parque das Águas, de forma a permitir que a população local se utilize das águas minerais existentes nesse parque, cujas propriedades são amplamente reconhecidas para fins terapêuticos. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.551/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à bancada mineira na Câmara dos Deputados, na pessoa do seu coordenador, deputado Federal Diego Andrade, pedido de providências com vistas a que seja apresentada emenda ao PLP nº 39/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sars-COV-2 (Covid-19), altera a Lei

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências, para que seja modificado o § 6º do seu art. 8º, com a inclusão dos servidores da educação na redação desse dispositivo, para que não sejam congelados direitos e garantias salariais desses servidores no Estado e nos municípios. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, designo relator do Projeto de Resolução nº 93/2020 e dos Projetos de Lei nºs 1.820, 1.887 e 1.899/2020 o deputado André Quintão, nos termos do item 2.3 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

Palácio da Inconfidência, 5 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 5/5/2020, a seguinte comunicação:

Do deputado Duarte Bechir em que notifica o falecimento de Mauro Noronha, ex-prefeito de Jesuânia, ocorrido em 3/5/2020, nesse município. (– Ciente. Oficie-se.)



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTO Nº 5.329/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado pedido de providências para a instituição de tratamento isonômico entre os servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA e os servidores da saúde, especialmente em relação à escala de pagamento e à gratificação natalina de 2019, tendo em vista o Parecer AGE nº 16.067 de 21/01/2019, que considera o IMA, no exercício da competência fiscalizatória de produtos alimentícios de origem animal, órgão estadual de saúde, e a Portaria nº 639 do Ministério da Saúde, de 31/03/2020, que considerou os Médicos Veterinários, parte expressiva dos Fiscais Agropecuários do Estado, como profissionais da área de saúde habilitadas para atuar no enfrentamento à Covid-19.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 2020.

Coronel Henrique, Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

Justificação: Desde 1998 o Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução 287/1998, incluiu, no rol de profissionais da saúde, os médicos veterinários, que são responsáveis por conhecer, identificar, dimensionar e intervir sobre os fatores de risco existentes, de natureza física, química, biológica, ambiental e social envolvidos com espécies animais e seres humanos em seus espaços/ambientes de convivência, promovendo, preservando e aprimorando a saúde coletiva. Assim, os Fiscais Agropecuários do IMA, em sua expressiva maioria, médicos veterinários, ao realizarem atribuições relativas à vigilância sanitária e epidemiológica, estão inseridos nas ações e serviços públicos de saúde, especialmente observados os termos da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990,

que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme exarado pelo Parecer AGE nº 15.780 de 26/10/2016.

Tendo em vista o bem maior tutelado pela lei, materializado na segurança e na preservação da saúde dos consumidores dos produtos de origem animal é que o Parecer AGE e nº 16.067 de 21/1/2019 considera o IMA, no exercício da competência fiscalizatória de produtos alimentícios de origem animal, órgão estadual de saúde e, tendo em vista essa competência se tratar de serviço essencial, que inclusive não pode ser suspenso para garantia da sanidade alimentar e, por consequência, da saúde pública, é que se pretende o tratamento isonômico desses profissionais em relação aos demais servidores da saúde do Estado, especialmente em relação ao pagamento imediato, pontual e em parcela única de seus vencimentos, inclusive a gratificação natalina de 2019, considerando sua importante participação no enfrentamento à pandemia de Covid-19.

REQUERIMENTO Nº 5.342/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado de Minas Gerais – Secretaria-Geral e à Secretaria de Estado de Governo – Segov pedido de providências para barrar, punir e responsabilizar as pessoas e grupos que têm disseminado fake news (notícias falsas) e campanhas que contrariam as orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS de se fazer o isolamento social, colocando em risco a população.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

André Quintão, Líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.348/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para a ampliação do Auxílio Emergencial (Bolsa Merenda) visando atender a todas as famílias que estejam incluídas na faixa da pobreza, diante da utilização de recursos oriundos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

André Quintão, Líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.353/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado aos Presidentes da Cemig e da Copasa, pedido de providência para que sejam agilizados os serviços de religamento de luz e água para famílias de baixa renda que estão a mais de dois meses com o serviço cortado.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

Gil Pereira, Presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

Justificação: Nesse momento de Pandemia relativa ao Coronavírus, onde a necessidade de higiene pessoal e limpeza são tão propagadas, existem famílias que não têm como cozinhar, lavar as mãos, roupas, tomar banho, por falta de abastecimento. Famílias e crianças no escuro e sem condições mínimas de higiene. Seria uma ajuda humanitária às famílias carentes, com pais desempregados.

REQUERIMENTO Nº 5.354/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação - SEE pedido de providências para que, durante o período da Pandemia do Covid-19 (Coronavírus), de acordo com o Decreto de Calamidade Pública nº 47.891, de 20 de março de 2020, seja dispensado o mesmo tratamento e conteúdo programático para todos os alunos, inclusive os residentes em regiões remotas do Estado, com dificuldade de acesso tecnológico (computador, internet e até mesmo luz/energia e água).

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

Gil Pereira, Presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

REQUERIMENTO Nº 5.356/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para priorizar o repasse de recursos oriundos do Ministério da Cidadania para o Estado, da ordem de R\$ 2 bilhões (dois bilhões de reais), dos quais R\$ 1,5 bilhão (um bilhão e quinhentos mil reais) seja transferido às prefeituras.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

André Quintão, Líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

REQUERIMENTO Nº 5.359/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao governador do Estado proposta da Sra. Denise Vilane de Carvalho, médica, de cessão de imóvel, sem ônus, referente a um hospital desativado, de 7 mil metros de área construída, com excelente infraestrutura e estado de conservação, com capacidade para atendimento em torno de 150 pacientes, podendo ser ampliado, para que nele seja implantado um hospital de campanha para atendimento a pacientes diagnosticados com o novo Coronavírus – Covid-19; e seja encaminhado o documento recebido com as características do imóvel e fotografias do local.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

Doutor Jean Freire, Presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

Justificação: Por meio deste requerimento, este parlamentar solicita seja encaminhado ao governador do Estado a proposta por ele recebida, da Sra. Denise Vilane de Carvalho, proprietária de um imóvel localizado na MG-424, entre os Municípios de Vespasiano e Lagoa Santa, para que nele seja implantado um centro de atendimento médico.

Trata-se de um hospital desativado, de 7 mil metros de área construída, com excelente infraestrutura e estado de conservação, com capacidade para atendimento em torno de 150 pacientes, podendo ser ampliado.

REQUERIMENTO Nº 5.362/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC pedido de providências para que verifique a possibilidade

de disponibilizar recursos para a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, para conclusão do projeto de pesquisa dos testes rápidos para a identificação da Covid-19.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: Segundo pesquisadores da UFMG, o teste rápido para a identificação do Coronavírus fruto da pesquisa e dedicação daqueles estudiosos empenhados nessa pesquisa, poderá ter o custo de R\$5,00, caso seja devidamente aprovado.

Ocorre que para essa aprovação, essa pesquisa precisa de recursos financeiros no montante de 600 mil reais, para que os testes sejam apreciados por entidade alemã que tem certificação para tanto.

Vale lembrar, que em nosso Estado cerca de 70% dos casos suspeitos da Covid-19, não foram submetidos aos testes.

Por essa razão, pedimos o apoio do Governo Federal, através do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, para que disponibilizem recursos para a finalização dessa pesquisa, que irá beneficiar a população e a saúde pública não só do nosso Estado mas também de todo o país.

REQUERIMENTO Nº 5.363/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em Rio de Janeiro pedido de providências para que verifique a possibilidade de apoiar e fomentar as empresas de rádio e televisão do Estado de Minas Gerais, considerando a queda drástica na receita dessas empresas que também fazem um trabalho essencial para o enfrentamento da Covid-19.

Sala das Reuniões, 15 de abril de 2020.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: A queda drástica na receita das empresas de radiodifusão e televisão do Estado, vem causando espanto diante a possibilidade desse efeito alcançar possíveis demissões.

Sabe-se que a comunicação é um dos serviços essenciais que devem ser amparados nesse momento de pandemia da Covid-19.

Por essa razão, peço apoio a esta instituição financeira, para que verifique a possibilidade de apoiar ou fomentar essas empresas, haja vista a relevância dessas prestações de serviços para nossa sociedade, especialmente, neste momento crucial da saúde pública.

REQUERIMENTO Nº 5.369/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG pedido de providências para a manutenção do valor do auxílio emergencial que vinha sendo pago às famílias de São Sebastião das Águas Claras, em Nova Lima, na nova forma instituída pelo acordo firmado em 20/3/2020 entre a Promotoria de Justiça de Nova Lima e a empresa Vale S.A., que prevê o depósito em conta bancária no valor de um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo para adolescentes e um quarto de salário mínimo por criança, em substituição à entrega presencial dos vouchers, no valor diário de R\$40,00 por pessoa, para se evitar filas e aglomerações em razão do contexto da pandemia do Covid-19, além do respeito ao prazo estipulado no acordo para pagamento em 5 dias. Requer, ainda, que nenhuma família ou membro familiar já cadastrado seja excluído do programa de recebimento de auxílio emergencial, independente de

processo negocial indenizatório em curso ou concluído, perante a Vale S.A, bem como que os comerciantes de São Sebastião das Claras recebam também o auxílio emergencial adicional de um salário mínimo, tendo em vista que deixaram de receber renda que advinha dos pagamentos efetuados por vouchers.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Beatriz Cerqueira, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: Tendo em vista o risco de rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale S.A., situada na localidade de São Sebastião das Águas Claras, em Nova Lima, foi firmado em 20 de março do corrente ano um acordo entre a Promotoria de Justiça de Nova Lima e a empresa Vale S.A. sobre a política de auxílio emergencial às famílias da localidade.

No intuito de se evitar filas e aglomerações, em razão do contexto de pandemia do Covid-19, o referido acordo dispôs que a entrega presencial dos vouchers, no valor diário de R\$40,00 por pessoa, fosse substituída por depósito em conta bancária, no valor de um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo para adolescentes e um quarto de salário mínimo por criança. Percebe-se que o valor que vinha sendo pago correspondia ao valor mensal de R\$1.120,00, em média por pessoa.

Entretanto, recebemos a denúncia de que famílias foram cortadas do programa de auxílio emergencial após o acordo supracitado, sob a alegação de já terem recebido indenização por parte da Vale S.A., em razão dos danos sofridos por parte da empresa.

Cumpre ressaltar que o auxílio emergencial é medida mitigatória no cenário de risco que a comunidade está submetida, por tempo incerto e indeterminado. O que não se confunde com a indenização, em uma necessária perspectiva de reparação integral de danos às famílias atingidas.

Neste contexto de agravamento da vulnerabilidade social das famílias de São Sebastião as Águas Claras, em razão da pandemia do Covid-19, bem como da continuidade da situação de risco iminente de rompimento da Barragem B4, torna-se fundamental a manutenção integral desse auxílio emergencial, essencial para o enfrentamento dos impactos socioeconômicos e financeiros que atingem toda a comunidade nesse momento.

Pela importância da matéria aludida, conto com o apoio dos Nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 5.374/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – em Belo Horizonte pedido de providências para que intervenha junto ao governo do Estado para que o Município de Sete Lagoas seja incluído na compensação ambiental da empresa Vale pelos danos causados pela contaminação do sistema aquífero Paraopeba, uma que esse rio abrange vários municípios da microrregião de Sete Lagoas, e para que a forma de compensação seja a finalização das obras do Hospital Regional de Sete Lagoas e a garantia de seu funcionamento.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Douglas Melo, Vice-Líder do Bloco Minas tem História (MDB).

Justificação: Iniciadas em 6 de junho de 2011 e paralisadas desde 31 de março de 2015, as obras de construção do Hospital Regional de Sete Lagoas não foram retomadas. Caso o hospital regional estivesse em funcionamento, de acordo com o planejamento feito, os benefícios seriam enormes, uma vez que haveria no sistema público a estrutura física adequada para prestar assistência mais efetiva, com maior número de especialidades médicas e com ampliação de diversos serviços, em atendimento não só às demandas de Sete Lagoas como também dos municípios vizinhos. A unidade de saúde foi planejada para comportar 226 leitos, sendo 176 de enfermaria, 40 UTIs e 10 leitos semi-intensivos. Dessa forma, se estivesse em funcionamento, o hospital poderia atender a 36

municípios, abrangendo uma população aproximada de 650.000 habitantes. Devido à paralisação das obras do hospital regional, o Hospital Municipal Monsenhor Flávio D'Amato passa por enormes dificuldades para suprir as necessidades da população, pois faltam desde medicamentos até leitos para todos os pacientes. São milhares de pessoas que todos os dias enfrentam enormes filas, veem seus entes queridos ficar sem o atendimento adequado e imediato, levando meses, ou até mesmo anos, para conseguir uma consulta ou internação, quando, infelizmente, pode ser tarde demais. Assim sendo, a forma de compensação da empresa Vale à região seria a finalização das obras do Hospital Regional de Sete Lagoas e a garantia de seu funcionamento. Os danos da contaminação do sistema aquífero Paraopeba a toda a região e ao povo mineiro são irreparáveis. A compensação, sob a forma de um hospital com previsão de atendimento de 30 mil pacientes ao mês, é justa e necessária para amenizar os danos causados aos cidadãos da nossa região. Outrossim, caso a Vale não conclua a solicitação acima mencionada de forma direta, requeiro que o governo do Estado utilize os valores já repassados pela empresa ao Poder Executivo Estadual, finalize as obras e faça as adequações necessárias para o funcionamento do Hospital Regional de Sete Lagoas. Saliento que esta é uma solicitação antiga deste parlamentar, que vem lutando desde meados de 2019 para que essa compensação seja feita. Por tais motivos, diante da relevância da matéria, conto com os meus pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 5.375/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado, à Governadoria do Estado de Minas Gerais – Secretaria-Geral, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, à Secretaria de Estado de Governo – Segov, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG) em Belo Horizonte pedido de providências para criação de Comitês Estaduais Intersetoriais de Emergência para o Combate à Fome.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Os Comitês devem ser formados pelas instâncias que tratam da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como os conselhos (CONSEAs) e câmaras intersetoriais governamentais (CAISANs), Instituições de Ensino Superior (IES), em diálogo com as instâncias dos sistemas de saúde e de assistência social e sociedade civil, para monitorar e propor soluções articuladas e intersetoriais, com foco nos grupos mais vulneráveis à fome. Entre as representações da sociedade civil incluir organizações da agricultura familiar, dos movimentos de luta pela terra e dos povos e comunidades tradicionais.

REQUERIMENTO Nº 5.376/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado, à Governadoria do Estado de Minas Gerais – Secretaria-Geral, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, à Secretaria de Estado de Governo – Segov, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG) em Belo Horizonte pedido de providências para garantir a continuidade e permanência do Programa de Aquisição de Alimentos Emergencial (PAA-Emergencial) de Gestão Estadual.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Mais do que nunca, nesse período de pandemia do Covid-19, é fundamente garantir a continuidade e permanência em escala estadual e municipal do PAA e do PNAE aumentando o orçamento dos programas ao limite máximo anual, por unidade familiar, sem reduzir o número de beneficiários e priorizando a compra de alimentos de produtores locais.

REQUERIMENTO Nº 5.378/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado, à Governadoria do Estado de Minas Gerais – Secretaria-Geral, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, à Secretaria de Estado de Governo – Segov, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa, à Secretaria de Estado de Educação – SEE, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG, ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG) em Belo Horizonte, ao Conselho de Alimentação de Escolar de Minas Gerais (CAE-MG) em Belo Horizonte e ao Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região/MG (CRN-9) em Belo Horizonte pedido de providências para a regulamentação imediata da Lei Estadual 23.631, de 02 de abril de 2020 que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: É fundamental e urgente a regulamentação da Lei Estadual nº 23.631, de 2 de abril de 2020 que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

E essa regulamentação deve ocorrer em diálogo com comunidades, associações, sindicatos locais, prefeituras, universidades e sociedade civil em geral. Com destaque para os artigos 12 e 13 da referida lei, diretamente vinculados a segurança alimentar e nutricional.

REQUERIMENTO Nº 5.379/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado, à Governadoria do Estado de Minas Gerais – Secretaria-Geral, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, à Secretaria de Estado de Governo – Segov, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais (CEDRAF-MG) em Belo Horizonte pedido de providências para a criação do Programa Emergencial de Segurança Alimentar (PSA).

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: No contexto da pandemia do Covid-19, é fundamental criar e implementar o Programa Emergencial de Segurança Alimentar (PSA) para fomentar a produção de alimentos saudáveis (hortaliças, grãos e pequenos animais) nos acampamentos e assentamentos, nos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e nas comunidades rurais e periurbanas, a ser executado através de arranjos em rede mobilizando organizações da sociedade e instituições públicas.

REQUERIMENTO Nº 5.380/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Saúde – MS pedido de providências para que o pagamento dos recursos para custeio dos novos leitos de Centro de Tratamento e Terapia Intensiva – CTI, montados para o enfrentamento ao Coronavírus, sejam efetuados integralmente, independente de estarem ocupados ou não. As instituições possuem custos fixos para manter as equipes que, necessariamente, precisam estar à disposição das unidades. Caso o pagamento ocorra apenas considerando os leitos ocupados, a montagem das equipes ficará completamente inviável, pois se existirem leitos vagos, o Hospital não terá recurso para pagá-las.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Arlen Santiago (PTB)

REQUERIMENTO Nº 5.381/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que seja editado um novo decreto, incluindo o hospital da Unimontes, a fim de que o mesmo seja contemplado com recursos para o enfrentamento ao Coronavírus.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Arlen Santiago (PTB)

REQUERIMENTO Nº 5.387/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Educação em Belo Horizonte pedido de providências para urgentemente, iniciar a assistência alimentar ao conjunto dos alunos matriculados na Rede estadual, conforme o Projeto de Lei nº 1.777/2020.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Celinho Sintrocél, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.390/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES pedido de providências para que haja uma distribuição massiva de água sanitária para a população, em especial para os desempregados, os trabalhadores informais, as famílias pobres e para os seus segmentos mais vulneráveis; bem como proceda uma campanha massiva e ampla de esclarecimentos sobre o seu uso no combate à Pandemia da Covid-19. .

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.395/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para a implementação de medidas emergenciais para viabilizar atendimento e suporte social para as mulheres vítimas de violência durante o período de isolamento social.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.396/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para assegurar a geração de emprego e renda, investindo em grupos de economia solidária e nas pequenas e médias empresas locais, para a fabricação dos insumos e equipamentos necessários para o combate ao Coronavírus como: máscaras, uniformes de profissionais de saúde, roupa de cama, instrumentos de limpeza e álcool em gel, por exemplo.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.397/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para urgentemente, colocar em dia os repasses do Piso Mineiro de Assistência Social, relativos a 2020, as parcelas atrasadas de anos anteriores, bem como garantir recursos extras para atender a população, em especial os seus segmentos mais vulneráveis, enquanto durar a Pandemia de Covid-19 e suas consequências no Estado.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.398/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para urgentemente, iniciar o pagamento da renda mínima emergencial estadual - aprovada no PL 1.777/2020.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.399/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para a implementação de medidas para assistência e apoio aos trabalhadores desempregados, aos trabalhadores informais e para aqueles que tiverem os seus salário rebaixados, bem como para os trabalhadores rurais e os pequenos produtores rurais.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.400/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese pedido de providências para que, o mais rápido possível, a implantação de medidas de combate ao desemprego e à desocupação bem como medidas de apoio para empresas que não demitirem seus trabalhadores.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da CIPE Rio Doce (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.401/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES pedido de providências para a implantação de medidas que garantam a utilização de leitos de UTI particulares pelo no Sistema Único de Saúde para o atendimento de pessoas acometidas pela Covid-19.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 5.405/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Embaixada do Brasil em La Paz, na Bolívia, pedido de providências para auxiliar estudantes brasileiros que se encontram na cidade de Santa Cruz de La Sierra, enfrentando dificuldades para retornar ao Brasil, em virtude do fechamento das fronteiras. Conforme solicitação enviada a este Deputado, estudantes das regiões de Formiga, Divinópolis, Itaúna, dentre outras cidades, que estudam em Santa Cruz de La Sierra, não conseguem retornar ao País devido a pandemia do Covid-19. Assim, diante do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2020.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 5.407/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A – BDMG pedido de providências para que verifique a possibilidade de lançamento de linha crédito a juros zero, para os empreendedores ou microempresários de Transporte Escolar do Estado.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: Sabemos da dificuldade dos empreendedores e microempresários do transporte escolar, diante essa crise financeira provocada pela Covid -19.

Por essa razão, pedimos apoio do Banco de Desenvolvimento do Estado, para que ampare essas pessoas, pois muitos perderam suas rendas, e se não forem apoiados a tempo e modo, não conseguiram manter suas empresas e sequer seus funcionários.

Desta forma, peço apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 5.408/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Federação Brasileira dos Bancos em São Paulo pedido de providências para verifique a possibilidade de intervenção junto às instituições financeiras, para proceder a suspensão de cobrança dos financiamentos de veículos comuns e utilitários, enquanto perdurar a pandemia da Covid-19.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: Sabe-se que os proprietários de transporte escolar, assim como os de transporte de passageiros que atendem aplicativos, não estão conseguindo arcar com o pagamento de seus financiamentos, diante a crise financeira provocada pela Covid-19.

Até mesmo o cidadão comum, sem trabalho formal, que está cumprindo isolamento social, não tem renda para arcar com essa despesa de financiamento de veículo.

Por essa razão, peço apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 5.414/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES pedido de providências para aumento no custeio destinado à ampliação dos leitos de retaguarda no Hospital da Casa de Saúde Santa Fé – rede Fhemig – na cidade de Três Corações, com o objetivo de aliviar o Hospital São Sebastião, também naquele Município, que é referência para o recebimento de pacientes com a Covid-19.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Professor Cleiton (PSB)

REQUERIMENTO Nº 5.418/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF pedido de providências para que sejam adotadas medidas para

isenção dos impostos de competência Estadual para os insumos e serviços destinados a confecção e distribuição de máscaras de proteção e EPI's destinados ao combate ao Covid-19.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Fábio Avelar de Oliveira, Vice-Líder do Bloco Sou Minas Gerais (Avante).

REQUERIMENTO Nº 5.421/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES pedido de providências para , considerando os estudos recentes sobre a possibilidade da COVID-19 ser caracterizada como zoonose, conforme amplamente noticiado pela mídia, seja disponibilizado o apoio necessário à aprovação do Projeto “Saúde Única: busca de evidências acerca da associação entre a presença do SARS-COV-2 em felinos com síndrome infecciosa do sistema respiratório felino e a atual pandemia de COVID-19”, apresentada na Chamada FAPEMIG 01/2020 – PROGRAMA EMERGENCIAL DE APOIO A AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS, pelo Laboratório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, denominado MULTILAB – Unidade Multidisciplinar e Multiusuária de Pesquisa Animal. Trata-se de pesquisa de relevância científica e de saúde pública, especialmente direcionada para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 que assola o país e o mundo.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2020.

Coronel Henrique, Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

Justificação: Saúde Única é um conceito que demonstra a indissociabilidade da saúde humana, animal e ambiental. Como Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria e Médico Veterinário tenho defendido a importância da abordagem da Saúde Única para o aperfeiçoamento da saúde pública no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Saúde Única visa definir e implementar programas, políticas, legislação e pesquisas, de forma que os múltiplos setores se comuniquem e trabalhem em conjunto para alcançar melhores resultados para a saúde pública. A Saúde Única é uma abordagem que considera como humanos e animais interação ecologicamente em um ambiente, onde qualquer alteração nestas relações provocará desequilíbrios e, conseqüentemente, a propagação de doenças.

De fato, muitas doenças podem ser melhor prevenidas e combatidas por meio da atuação integrada entre a Medicina Veterinária, a Medicina Humana e outros profissionais de saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde Animal – OIE (2016), 60% das doenças infecciosas humanas são zoonoses; 75% dos agentes de doenças infecciosas no homem são de origem animal; cinco doenças novas no homem surgem por ano, sendo três de origem animal; 80% dos agentes causadores de doenças que podem ser utilizados como armas biológicas são zoonóticos.

A Organização Mundial da Saúde Animal afirma que, até o momento, não há evidências de que os animais de estimação desempenhem algum papel na disseminação da doença causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), contudo, considerando o avanço da pandemia de COVID-19, bem como a maior exposição dos animais domésticos aos infectados, mostram-se necessários estudos e pesquisas que confirmem que esses animais, que fazem parte do nosso dia a dia, não são infectados e não transmitem o novo coronavírus para os seres humanos.

Por essas razões, esperamos que a Secretaria de Estado de Saúde possa apoiar esse projeto inovador no Estado, voltado ao enfrentamento e mitigação dos danos causados pela Covid19 na saúde da população.

REQUERIMENTO Nº 5.423/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa pedido de providências para que seja restabelecido o fornecimento de água aos 656.575 clientes que tiveram o serviço suspenso, tendo em vista a necessidade da continuidade da prestação desse serviço essencial, especialmente durante a pandemia do coronavírus e o cumprimento do art. 11, I da Lei nº 23.631/2020.

Sala das Reuniões, 19 de abril de 2020.

Delegada Sheila (PSL)

Justificação: A Lei nº 23.631/2020 foi sancionada em 2/4/2020 e dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus. Uma das disposições previstas é a adoção de providências visando à não interrupção do fornecimento dos serviços públicos sob responsabilidade do Estado, ainda que haja inadimplência ou atraso no pagamento das tarifas ou taxas relativas a esses serviços (art. 11, I).

Os serviços de abastecimento de água foram suspensos em 656.575 imóveis em Minas Gerais, deixando milhares de famílias sem o fornecimento de água. Durante este período de pandemia, serviços essenciais não devem ser suspensos, especialmente porque uma das formas de prevenção de contágio é lavar as mãos com água e sabão.

Ante o exposto, solicito o apoio dos Nobres Colegas para aprovação e encaminhamento do presente pedido de providências para que seja restabelecido o fornecimento de água aos 656.575 imóveis que tiveram o serviço suspenso, tendo em vista a necessidade da continuidade da prestação desse serviço essencial, especialmente durante a pandemia do coronavírus e o cumprimento do art. 11, I da Lei nº 23.631/2020.

REQUERIMENTO Nº 5.424/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado em Belo Horizonte, ao Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN COVID-19 em Belo Horizonte e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 em Belo Horizonte pedido de providências para que sejam implementadas, por meio dos órgãos competentes, medidas destinadas a viabilizar o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores (Auto Escolas) no que tange às aulas teóricas, já que estas podem ser ministradas online aos alunos, por meio de vídeo aulas, conforme tem sido adotado em outros Estados da Federação. Para tanto, se necessário for, o DETRAN-MG poderá oportunizar nova abertura de chamamento de pessoas jurídicas para procedimento homologatório de sistema eletrônico aplicável às aulas remotas, a fim de que novas empresas, além das já atualmente admitidas, possam ofertar seus serviços às auto-escolas.

Sala das Reuniões, 14 de abril de 2020.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 5.427/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado, Romeu Zema pedido de providências para que o Estado uniformize quais são “as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19” a serem adotadas pelos estabelecimentos comerciais e industriais, conforme previsto no art. 7º, inciso IV, da DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 17, DE 22 DE MARÇO DE 2020, na medida em que, para a contenção da pandemia, é primordial que tais estabelecimentos adotem medidas uniformes, estipuladas com clareza e precisão pelo Poder Executivo para cada ramo de atividades, a exemplo dos instrumentos e/ou equipamentos de proteção que devem ser utilizados

pelos funcionários de supermercados/mercadinhos/açougues, tais como luvas, além das medidas sanitárias necessárias a serem adotadas nesses estabelecimentos, a exemplo da distribuição de álcool gel (ou líquido) aos funcionários, ou medida equivalente, para evitar a disseminação da doença.

Sala das Reuniões, 24 de março de 2020.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 5.432/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governadoria do Estado pedido de providências para que o valor de R\$800 milhões, proveniente de disputa judicial em desfavor da construtora CR Almeida, destravado em favor do Estado de Minas Gerais, no presente mês, seja utilizado para o pagamento do décimo terceiro salário do funcionalismo público do Estado.

Sala das Reuniões, 21 de abril de 2020.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 5.434/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para que verifique a possibilidade de criação de subsídios para os profissionais da cultura e de eventos do Estado de Minas Gerais, para o enfrentamento da crise financeira provocada pela Covid-19.

Sala das Reuniões, 21 de abril de 2020.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: Devido à pandemia da Covid-19, muitos profissionais da cultura e eventos do Estado, perderam suas rendas, por essa razão, não conseguem arcar com seus compromissos.

Essa ausência de previsão de retorno dessas atividades, vem gerando uma degradação financeira no setor, por essa razão precisamos de criar mecanismos de apoio a esses profissionais.

Desta forma, peço apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 5.435/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para que verifique a possibilidade de criação de apoio financeiro para os feirantes das feiras livres do Estado de Minas Gerais, incluindo artesões e agricultores familiares, enquanto perdurar a crise financeira provocada pela Covid-19.

Sala das Reuniões, 21 de abril de 2020.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: Sabe-se que os feirantes de todo Estado, foram prejudicados com a perda de renda provocada pela crise financeira da Covid-19.

Muitos artesões e agricultores familiares, estão tendo dificuldade na venda de seus produtos, haja vista a política de isolamento.

Para evitar aglomerações de pessoas, muitas dessas feiras estão suspensas, por tempo indeterminado.

Desta forma, precisamos de mecanismos de apoio financeiro a esse setor, que além de gerar renda e emprego, ainda faz parte da cultura de muitas cidades.

Por essa razão, peço apoio aos nobres pares, para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 5.440/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado pedido de providências para o atendimento das solicitações da Associação Mineira de Rádio e Televisão e do SERT/MG, no qual listam alguns pontos que ajudarão no enfrentamento a esse momento de incertezas que encontra-se a radiodifusão mineira.

Segue solicitações:

01 – Definição de uma linha emergencial de recursos junto ao BDMG;

02 – Pagamento no vigente mês de todas NF com documentação em dia junto às agências e secom;

03 – Adiantar para as rádios de Minas Gerais, toda verba de publicidade com previsão no ano de 2020, para os meses de Abril, Maio e Junho. (A Amirt se dispõe a distribuir as PIs das emissoras do interior para as agências e se compromete a entregar toda documentação destas emissoras, para pagamento imediato do governo);

04 – Convênio com a Cemig para ser aumentado para 100% da conta de energia elétrica para troca em inserções comerciais em até 31/12/2020.

05 – Campanhas institucionais com a Copasa, Codemig, loteria mineira, gasmig e Tvs educativas.

Em anexo, ofício encaminhado pela Amirt, assinado pelo Presidente Luciano Pimenta Corrêa Peres.

Por tais motivos, diante da relevância da matéria, conto com os meus pares para a aprovação deste requerimento.

Ante ao exposto, antecipa agradecimentos.

Sala das Reuniões, 22 de abril de 2020.

Douglas Melo, Vice-Líder do Bloco Minas tem História (MDB).

REQUERIMENTO Nº 5.444/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providência para que sejam suspensas as cobranças de juros e multas dos impostos estaduais pelo período que durar o estado de calamidade pública, devido ao Coronavírus (Covid-19) em Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 22 de abril de 2020.

Gil Pereira, Presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

REQUERIMENTO Nº 5.445/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de providência para que sejam suspensas as cobranças de juros e multas dos impostos estaduais pelo período que durar o estado de calamidade pública, devido ao Coronavírus (Covid-19) em Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 22 de abril de 2020.

Gil Pereira, Presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

REQUERIMENTO Nº 5.447/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de providência para que sejam liberados imediatamente os recursos relativos às emendas impositivas da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, para ações de enfrentamento ao Novo Coronavírus (Covid-19).

Sala das Reuniões, 22 de abril de 2020.

Gil Pereira, Presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

REQUERIMENTO Nº 5.450/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias ao atendimento do art. 14 da Lei nº 23.631, de 2/4/2020, que permite ao Estado viabilizar a negociação ou a interrupção dos descontos provenientes das consignações facultativas, de que trata o art. 5º da Lei nº 19.490, de 13 de janeiro de 2011, realizadas em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo ou pensionista do Estado, assim como a suspensão temporária do pagamento de prestações devidas em razão de programas habitacionais, como o PROMORAR.

Em virtude do momento atual, instituições financeiras, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, anunciaram uma série de ações para ajudar a combater o efeito do novo coronavírus na economia dos cidadãos, as quais, a título de exemplos, também deveriam ser adotadas pelo Poder Público.

Assim, diante da importância do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, 22 de abril de 2020.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 5.451/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que o valor correspondente a contribuição do Estado seja imediatamente repassado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM, uma vez que, salvo o inciso II do § 1º do artigo 4º, todos os demais artigos da lei 10.366/90 têm eficácia plena, pois não foram revogados e, por impossibilidade jurídica, não foram derogados e muito menos conflitam ou contrariam a lei federal 13.954/2019.

Ressalta-se que o IPSM é o maior e mais importante instrumento de Proteção Social dos Militares que, neste momento, atuam com afinco nas ações de Governo de combate à pandemia da Covid-19.

Assim, diante da importância do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, 22 de abril de 2020.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 5/5/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Mariléia Miranda Batista Soares, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

exonerando Nilton Geraldo Lemes de Lemos, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Márcio Almeida Dutra, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Renata Maria Novaes Dornelas, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 18/2020**

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 057/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 21/05/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de seguro de veículos, tipo frota.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 5 de maio de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO 13/2020**Número no Siad: 9245582/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cidade Automotiva Auto Center Ltda. Objeto: manutenção corretiva em veículo Mercedes-Benz modelo Sprinter 413 CDI, motor OM-611LA, placa HNH-0587. Vigência: 6 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 5/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 31/2020**Número no Siad: 9223860-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: C&C Empreendimentos Comerciais e Serviços Especializados em Geral. Objeto: execução de serviços de jardinagem, com fornecimento de defensivos, adubos, terra e espécies vegetais e de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada das áreas verdes do Palácio da Inconfidência, seus anexos e entorno. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão do reajuste das passagens de

ônibus coletivo urbano, da Convenção Coletiva do Trabalho 2020/2020, bem como da exclusão da contribuição social de 10% sobre o saldo do FGTS, devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, a partir de 1º de janeiro de 2020, por força da Lei Federal nº 13.932, de 2019. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos financeiros retroativos a 1º/1/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001-3.3.90 (10.1).

**ERRATAS****OFÍCIO Nº 116/2020**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/5/2020, na pág. 42, onde se lê:

“DECRETO MUNICIPAL Nº 1.550/2020”, leia-se:

“LEI MUNICIPAL Nº 1.550/2020”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/5/2020, na pág. 74, onde se lê:

“Margarete Aparecida Gomes de Oliveira”, leia-se:

“Margarete Aparecida Gomes de Oliveira Coutinho”.